

Club

Sessão Ordinária 26-06-2017

Ata de vinte e seis de junho de dois mil e dezassete da sessão ordinária assembleia municipal de Tondela

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete reuniu a assembleia municipal de Tondela no auditório municipal, em sessão ordinária, com a ordem de trabalhos publicitada.

Foi apresentada credencial: do senhor presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão, à luz da qual se fez representar por Firmino dos Santos Melo, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com a folha de presenças, cerca das catorze horas e trinta minutos, constatou-se a falta dos seguintes membros: Marina Leitão, Carlos Viegas, Abílio Rodrigues dos Santos e Joana Coimbra.

Justificaram a respetiva falta os membros: Marina Leitão, Carlos Viegas e Abílio Rodrigues dos Santos, que foram aceites pela mesa que as considerou relevadas.

Atendendo que o membro Joana Coimbra não justificou a sua falta, a mesma foi considerada injustificada.

1-Período de antes da Ordem do Dia

1.1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 28 de abril de 2017

Não havendo intervenções, o senhor presidente da Mesa colocou, a ata de 28 de abril, à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com a abstenção do membro Marta Coimbra, por não ter estado presente na sessão.

1.2. Leitura de expediente

Foram presente email do Grupo Parlamentar dos Verdes, sobre o cheiro nauseabundo provocados pela unidade industrial Nutrofertil; ofício da Assembleia de Freguesias da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo, sobre a moção de recomendação apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP no âmbito da anulação da verba destinada à construção das piscinas de Tourigo; Convite da Casa do Povo de



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

Campo de Besteiros para o dia 2 de julho; Email da Comissão Politica do PSD sobre a retirada de confiança ao membro Abílio Rodrigues dos Santos; ofício da Câmara Municipal de Tondela esclarecendo a necessidade de um contrato adicional de prestação de serviços da empresa Território Natural, para o fornecimento de serviços para a gestão do balneário termal de Sangemil; relatório de atividade e financeira da Câmara Municipal; dois jornais "Voz das Misericórdias".

1.3. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

Iniciou-se o ponto dando a palavra ao Grupo Parlamentar da CDU, que reclinou o convite.

Foi dada a palavra, de seguida, ao Grupo Parlamentar do PSD, que se iniciou com a intervenção do membro Sérgio Rodrigues que apresentou um voto de pesar, pela catástrofe que assolou a região de: Pedrogão, Gois, Pampilhosa da Serra. (anexo 1)

O membro Guilherme Duarte continuou. (anexo 2)

Seguidamente, interveio o membro José Hélder Alves:

"Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, senhoras e senhores deputados.

Não estive presente nas últimas duas sessões da assembleia municipal, o que tive pena, quando o Grupo Parlamentar do CDS/PP propôs uma recomendação, obrigando à votação desse documento, que solicitava a transferência de uma verba de 200 000€, prevista para uma piscina no Tourigo para a requalificação do cemitério de Lajeosa do Dão. Queria agradecer ao Grupo Parlamentar do PSD o empenhamento, porque foi o único partido que votou contra esta moção. E muito bem, o que agradeço em nome pessoal, da junta e da população. Tive pena de não ter cá estado, porque teria respondido. Nessa proposta, está indicado: "em causa está a discordância sobre a construção de uma nova piscina no atual Parque de Lazer do Tourigo, próximo de outro equipamento similar já existente". Não conheço nenhum e sou presidente da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo. Para além disso, diz que custava 200 000€. Gostaria de saber onde está previsto esse custo? As informações do Grupo Parlamentar e do senhor deputado são



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 26-06-2017 Cados

do Jornal do Centro. Os autarcas são menos importantes do que o Jornal do Centro? Refere, também, que a população contesta este equipamento. É precisamente o contrário. Quando se está em público, não se costuma dizer "mentira", por ser uma palavra feia, dizse "faltou à verdade". Mas aqui digo, que foi uma "mentira."

De seguida, foi a vez do Grupo Parlamentar do PS, com o voto de pesar pelas causas do grande incêndio ocorrido em Pedrogão Grande, do membro Rita Rosa, que se transcreve:

"VOTO DE PESAR

O incêndio de Pedrógão Grande, que se iniciou no passado dia 17, foi o maior de que há memória no nosso país, mas também o mais trágico, contabilizando 64 mortes e 204 feridos.

Figueiró dos Vinhos, Alvaiázere, Penela e Góis foram os outros concelhos mais fustigados pela calamidade ocorrida no nosso país, cujo fogo consumiu mais de 46 mil hectares, uma área superior ao concelho de Tondela.

Nada adianta chorar as vítimas, se não formos, todos, capazes de refletir.

Culpados somos nós, pela imensidão de silêncio que, ano após ano, consentimos, tornando-nos responsáveis por estas tragédias que, além de vidas, destroem um dos nossos mais valiosos patrimónios - a floresta.

Se até agora não aprendemos, que esta lição nos sirva de exemplo, quanto mais não seja em memória daqueles a quem custou a própria vida.

Somos um povo heroico que, ao longo da nossa História, venceu todas as adversidades e todos os inimigos.

Mas não basta dizer que "Somos Todos Pedrógão!

Já não conseguimos dar vida aos que partiram, nem aliviar a dor dos que sofreram, mas honremos a memória dos primeiros e solidarizemo-nos com os segundos.

Assim, a Assembleia Municipal de Tondela, reunida em sessão ordinária no dia 26 de junho de 2017:



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

Emite um Voto de Pesar pelas vítimas mortais do incêndio de Pedrógão Grande, em memória das quais guarda um minuto de silêncio e solidariza-se, na dor, com todos os seus familiares e amigos.

Deseja a todos os que ainda se encontram hospitalizados, o restabelecimento das suas rápidas melhoras, sem esquecer o esforço de todos os que, com coragem, estiveram envolvidos no combate ao incêndio".

O membro Marta Marques continuou com a intervenção que se transcreve:

"Exmos. Membros da Mesa

Caros Deputados e restantes presentes

É com particular emoção que vos trago este tema hoje, a esta Assembleia.

Ainda choramos os que partiram no dia 17 de junho. O incêndio de Pedrógão Grande matou 64 pessoas e deixou mais de 200 pessoas feridas. Consumiu dezenas de milhares de hectares e colocou o país nas manchetes da imprensa mundial pelos piores motivos.

É preciso refletir...

Se acreditávamos que mais meios de combate e melhor prevenção seriam suficientes para controlar a praga dos fogos florestais em Portugal, não parámos para escutar o que os cientistas luso-espanhóis já disseram em 2015. "No futuro, a área ardida em toda a Península Ibérica poderá duplicar ou triplicar em relação ao que já é hoje. E isto por duas razões inescapáveis: o mundo estará mais quente e a meteorologia é quem manda nos fogos." Parece que o mundo poderá ser um lugar muito mais quente até o final do século. Novos dados divulgados pelos cientistas da NASA revelaram como os padrões de temperatura e chuvas em todo o mundo podem mudar até o ano 2100. Usando previsões de mudanças climáticas com base em níveis crescentes de dióxido de carbono, os dados revelam o que pode acontecer ao clima em muitas cidades. Relatório do IPCC revela subidas da temperatura até 9C na Península Ibérica, até 2100. O sul da Europa terá menos chuva é maior número de tempestades.



Sessão Ordinária 26-06-2017

Incêndios incrivelmente grandes já causaram grande impacto sobre o Alasca e a Indonésia em 2015. No ano seguinte, o Canadá, a Califórnia e a Espanha foram devastados por chamas incontroladas. Em 2017, incêndios maciços devastaram as regiões do Chile - e agora, o incêndio mais mortal em Portugal, que ceifou dezenas de vidas. Até quando vamos ignorar o que a ciência nos diz? O nosso país já lidera a lista europeia dos incêndios florestais da última década e meia. E o que foi feito na última década?

A estatística sugere ainda que nas últimas décadas, o número de incêndios florestais a nível mundial aumentou e esta tendência é algo que preocupa os cientistas de todo o mundo. De acordo com os dados disponíveis, não apenas as florestas de Portugal estão ameaçadas pelo aumento dos incêndios florestais - a tendência é que os incêndios florestais estão queimando mais área em todo o mundo. Há evidências científicas muito bem documentadas de que a mudança climática tem aumentado a duração da temporada de fogo, o tamanho da área queimada a cada ano e a número de incêndios florestais. As condições mais secas e as altas temperaturas aumentam não apenas a probabilidade de um incêndio violento ocorrer, mas também a duração e a gravidade do incêndio. Em Março deste ano, o ministro da Ciência Manuel Heitor defendia a profissionalização do combate aos incêndios, colocando cientistas, empresários e agentes da proteção civil em ativa colaboração.

É urgente parar para re-pensar a floresta. Re-pensar o Planeta. Proteger a Natureza! Ensinar aos mais novos o quanto ela é valiosa! É preciso CUIDAR. É verdade que a UE gasta milhões, investindo na saúde, no bem-estar e na cura de diversas doenças (contra mim falo que trabalho nessa área!)... Mas se não cuidarmos o bem maior que temos, que é o nosso PLANETA, muitas mais vidas serão sacrificadas e o futuro dos nossos filhos será uma ilusão!"

O membro Joaquim Santos interveio, com a intervenção que se transcreve:

"Senhor presidente da Assembleia Municipal

Senhor presidente da Câmara Municipal

Senhores vereadores

Senhores membros da Assembleia Municipal



Audos Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

Senhores representantes da comunicação social

Senhoras e senhores,

Quase a terminar este mandato, vislumbra-se um novo desafio – as próximas eleições autárquicas, que se realizam no dia 1 de outubro.

Estão em marcha as escolhas partidárias, mas caberá aos eleitores o veredicto final.

Enquanto uns procuram escolher os melhores, dentro das suas legítimas aspirações e entendimento, outros, <u>ilegitimamente</u>, entretêm-se, em primeiro lugar, a impedir ou dificultar as escolhas alheias, numa pérfida e constrangedora ação contra a liberdade de escolha, como se vivêssemos num estado de pró-democracia, ainda à espera de maturidade.

Reajustem-se nas cadeiras, que a mim não me incomodam com esse desassossego, tão pouco com as gastas retóricas de blá...blá...blá, que somos todos cidadãos e que Tondela é de primeira, até na cultura democrática. Ponto final!

Repito o que já disse noutros fóruns — <u>vivemos num território infestado de escorpiões</u> que, mais tarde ou mais cedo, se imolarão com o próprio veneno. Cada um, retire conclusões que entender. Já passou demasiado tempo sem que ninguém assuma responsabilidades, porque preferem manter-se no pedestal dos inocentes, com vestes celestiais, sem nunca terem lido "A queda dum anjo". Quando a inquietação é grande, não se consegue disfarçar, seja qual for a máscara usada para esconder o seu rosto.

Somos todos cidadãos, munícipes ou fregueses; mas não somos todos iguais, porque uns se julgam mais iguais e mais espertos que os outros. Por mim, concedo-lhes o deleite dessa esperteza toda, contentando-me com a parte da inteligência que me coube em sorte, mas que me deixa, de certo modo, muito mais confortável e de consciência tranquila.

Pior que os espertos, são os criminosos, que me desafiaram a partilhar convosco uma história, conhecida da maioria, e que, com a devida vénia e em memória do autor, começa assim:

[&]quot;No céu cinzento sob o astro mudo



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

Batendo as asas pela noite calada

Vêm em bandos com pés de veludo

Chupar o sangue fresco da manada"

Aconteceu na noite de 22 para 23, da passada semana. Não foi apenas um ato de vandalismo, foi uma manifestação cobarde de usura do bem dos outros, mergulhada num ato de raiva, própria de gente sem escrúpulos e que não merece partilhar, com nenhum de nós, civilizados, algum momento de urbanidade. Quem fez, e/ou mandou fazer aquilo, é um canalha, incapaz de viver em Democracia e nada percebe de Liberdade.

O autor material ou moral do crime não se contentou em vandalizar um outdoor, mas manifestar o seu requinte de malvadez, com um recorte quase desenhado a régua e esquadro, e permitindo adivinhar que, em vez da fotografia, procurava o original.

Ainda considerei ser alguém embutido de algum fetiche mal resolvido, mas creio tratar-se de um animal invadido de ódio, com a consciência abalada de uma **vida acabada**, tal como, há mais de 50 anos, no tempo da ditadura, Zeca Afonso, cantava:

"A toda a parte chegam os vampiros

Poisam nos prédios poisam nas calçadas

Trazem no ventre despojos antigos

Mas nada os prende às vidas acabadas".

Mas como não há nenhum ser, por mais vil que seja, que não nos faça, pelo menos, algum bem, até me aventei a agradecer pelo apoio que me proporcionou. Vista em poucas horas por cerca de 7.000 pessoas, a notícia depressa se espalhou e a página do Partido Socialista foi a estrela nas redes sociais. E a propósito, aproveito para agradecer a todos os que me manifestaram a sua solidariedade, concreta e sinceramente, a pelo menos duas pessoas, que não sendo do PS, são membros desta assembleia municipal: Felisberto Figueiredo a António Dinis. O meu muito obrigado!

E já que falo nas, para alguns, tão mal-amadas redes sociais, também me atrevo a denunciar os malabarismos de outros escorpiões, tais vampiros escondidos em falsos e usurpados perfis, mas que pela sua linguagem ou grafismo deixam, tal como o gato



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

escondido, o rabo de fora, mas que acabarão por se denunciar, tão evidente é a cor das fraldas que vestem e a linguagem que utilizam. Acreditem que acabou tempo da impunidade, tanto para os delatores como para os patrocinadores, porque agora vai ser a doer!

Imagino quanto vos incomoda a luz da TRANSPARÊNCIA, sobretudo àqueles que sempre viveram amarrados na escuridão, vítimas ou donos de um período de obscurantismo, de fim anunciado, que ainda não terminou, mas que enraizou o síndrome da cegueira neste tão conformado território.

Prometo-vos que nunca me conformarei com o rumo em que mergulhou o meu concelho e que, a partir de outubro, nada ficará como antes.

Prometo continuar a lutar pelo esclarecimento de toda a verdade sobre o escandaloso negócio da água, das PPP's e das ilegalidades praticadas no Planalto Beirão ou de quaisquer outras que ainda estejam por esclarecer.

Dispenso lágrimas de crocodilo ou simulados gemidos de carpideiras, porque o RIGOR a que me proponho é incompatível com os atropelos a que os tondelenses foram sujeitos durante estas últimas décadas.

No chão do medo tombam os vencidos

Ouvem-se os gritos na noite abafada

Jazem nos fossos vítimas dum credo

E não se esgota o sangue da manada

Só não sente quem não consegue ver! "

De seguida, continuou:

"Vou responder ao Guilherme, porque fui interpelado, que é um rapaz novo e é, aqui, lançado às feras. Não sei onde foste ler todo esse manancial dos trabalhos do anterior governo. Não sei onde foste descobrir os tais estudos, concursos, lançamentos, etc. A verdade, é que a este governo nada foi transmitido, os governos que cessam funções, tem obrigações de transmitir aos seus sucessores toda a informação que têm, mas, nem uma folha de Excel houve, e ouvi pelo senhor ministro das infraestruturas. A não ser que seja



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

algum investidor chinês que queira fazer uma autoestrada privada entre Viseu e Coimbra. Eu, não conheço. Mas há uma coisa que temos de acautelar, é que seja feita uma ligação rápida entre Viseu e Coimbra sem ser portajada. Se quiserem fazer uma alternativa, que façam. O que quero é que não aconteça, como aconteceu com o teu governo, como é o caso da A25. Em que prometeram que o IP5 se aí manter e que seria feita uma via paralela aquela via, sendo que os troços que fossem aproveitados não seriam portajados. O que aconteceu foi tudo isso uma aldrabice, estando agora, todos a pagar por isso. Não queremos cair nos mesmos erros.

Quanto à radioterapia, tens andado distraído, porque já foi lançada a obra. Vai ser feita uma obra, contra a vontade do PSD e o senhor presidente da câmara de Viseu, que queriam entregar a privados. Vai haver um serviço de radioterapia em Viseu e só quem anda distraído é que ainda não percebeu.

Quanto ao meu rigor e transparência, não me quero comparar ao governo. Mas, há uma coisa que me comparo, estou aqui como candidato à câmara municipal de Tondela e não a deputado, nem a membro do governo. O que comparo, é o rigor que quero e a transparência que pretendo, comparado com o que se tem passado até agora no concelho de Tondela.

Respondendo ao José Hélder e para o corrigir, quando foi apresentada a proposta do CDS acerca da troca dos valores da piscina de Tourigo para o cemitério de Lajeosa do Dão, o PS disse que não se pronunciava porque aquilo era uma alteração ao PPI da Câmara Municipal e nós não podemos propor alterações, só a Câmara o pode fazer, não votando a favor. Muito obrigado."

Foi dada, de seguida, a palavra ao Grupo Parlamentar do CDS, intervindo o membro António Dinis, com o voto de pesar da tragédia nas últimas semanas de junho, com os incêndios nos concelhos de: Pedrogão Grande, Gois, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pampilhosa da Serra (anexo 3).

Continuou, com a proposta de recomendação à Câmara Municipal para a cobrança simbólica de 1€ nas entradas da Ficton, para a receita ser entregue às duas corporações de bombeiros do concelho. (anexo 4).





Sessão Ordinária 26-06-2017

O membro António Dinis continuou:

"Relativamente, à futura ligação entre Viseu e Coimbra, o CDS/PP não pode concordar que Tondela seja excluído do futuro traçado ou da solução que seja encontrada. Sempre defendemos uma solução que já foi, aqui, reiterada várias vezes. Mas, neste processo, o que mais me surpreende é o facto de Viseu vir, veio no Jornal do Centro e vou acreditar nas suas fontes, que preferem o aproveitamento do IC12 e IC37, por Nelas. Esta discrepância de vontades entre aquilo que é legitimamente e bem, e aqui felicito o presidente da Câmara e o PSD de Tondela por terem defendido a solução que passe por Tondela. Mas essa discrepância de interesses entre dois autarcas que são afetados diretamente por essa decisão, já me deixa preocupado. Vou fazer fé no Jornal do Centro.

Em relação, às questões em que foi abordado e citado, o CDS/PP aproveita para cumprimentar o José Hélder e dizer como sendo algo citado pelo Jornal do Centro. Terá de fazer o desmentido ao Jornal do Centro. Essas questões são muito simples, a comunicação social às vezes dá jeito, quando não dá jeito, às vezes enganam-se, o que é uma chatice. Não inventei. Depois, há outra questão que é o facto de a população concordar ou não com a construção que o presidente da junta defende para aquele equipamento, que se chama piscina e que está um pouco acima do campo de futebol. E há outro equipamento na sua freguesia, que é no Vale. Estive lá no fim de semana passado e não gostei de ver aquilo, não sei se vai abrir ou não, mas reparei que na sua freguesia que tem dois equipamentos desses, se calhar nenhum deles vai funcionar este verão. Não sei, mas gostava que funcionassem os dois, porque foi para isso que foram criados. Quando diz que é mentira, não é mentira. Também falo com as pessoas do Tourigo e sei o que elas manifestaram. Não lhe vou dizer com quem falei, algumas delas com grandes responsabilidades há alguns anos atrás nestes processos. O que vim aqui falar não foi eu que sonhei, foi o que as pessoas me manifestaram. Pode não concordar com a opinião dessas pessoas, mas são elas que o manifestam. Brevemente, teremos um processo eleitoral, pelo que teremos a oportunidade de discutir sobre isso. Diz que é faltar à verdade, não é verdade, tem a certeza que as populações todas defendem a solução que pretende? Acho que não. Em democracia, dificilmente arranjará uma solução de consenso, só numa ditadura. Obviamente, tenho de respeitar aquilo que disse, mas



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

também terá de respeitar que eu tenha, assim como as pessoas do Tourigo, tenham outra opinião. Em democracia temos de nos respeitar uns aos outros.

Em relação ao Joaquim Santos e aquilo que fizeram ao seu cartaz, qualquer um de nós nos associamos ao repúdio, porque não é assim que se faz democracia. Há 4 anos foram estragados cartazes do CDS/PP, não gostei. Nunca se sabe quem são os culpados, mas é sempre desagradável ver os nossos cartazes serem vandalizados. Por isso nos solidarizamos e repudiamos esta situação."

O membro Guilherme Duarte tomou a palavra para responder ao membro Joaquim Santos:

"Amigo Joaquim Santos, não sei quem fala mais verdade, se sou eu o amigo Joaquim Santos, mas está explicito que sou eu. Fui bem claro na questão na governação, nas datas da governação. A seguir, acho que tem de se informar melhor sobre os ficheiros Excel apagados, porque aí deve ter algum problema em relação ao tempo.

Em relação à via rápida, o projeto portajado nós também o temos. Pensamos no modelo para a via portajada. Agora, vocês, neste momento, não têm projeto. Estão a meter um novo projeto. Para enganar as pessoas, para estar mais três ou quatro meses para meter o projeto, mais dois anos para avaliar, e daqui quatro anos não teremos IP3. Não basta pintar a IP3 de alcatrão.

Em questão à radioterapia, o prazo de execução da obra é de dois anos. Falta um ano e dez meses. O que lhe perguntei não me respondeu, que é: onde está o projeto da obra? O financiamento da obra? A calendarização, já sei que é daqui a dois anos. Mas eu também acredito em tudo."

O membro Cristiana Ferreira interveio:

"O Grupo Parlamentar do PSD repudia todo e qualquer vandalismo, que foi evocado pelo membro Joaquim Santos. Sendo certo que nós também conhecemos o registo deste membro da assembleia que gosta de falar em forma de metáforas, tendo na sessão utilizado várias, nomeadamente que: "Tondela está infestado de escorpiões", "que não são todos iguais", "que está amordaçada na escuridão" e "que os tondelenses estão atropelados". Com toda a tranquilidade, dizemos que são duas situações completamente



Claus

Sessão Ordinária 26-06-2017

distintas. Com algum rigor e honestidade intelectual, também tenho de lhe dizer que repudiamos, naturalmente, todo e qualquer ato de vandalismo e respeitamos que sejam tomadas as providencias que entenda tomar. Mas, isso também não nos retira da nossa posição sobre o assunto. Desconhecemos quem possa ser o autor. Nessa circunstancia, que se apurem responsabilidades."

Concluídas as várias intervenções dos membros, o senhor presidente da Mesa procedeu a um minuto de silêncio, em memória das vítimas do grande incêndio de Pedrogão Grande.

De seguida, foi colocado à votação do voto de pesar apresentado pelo membro Sérgio Rodrigues, que foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Ana Rita Rosa, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, Marta Marques, Sandra Coimbra, Alfredo Cabral, Guilherme Duarte, Manuel Veiga, Jorge Marques, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Hélder Viegas, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares e José Manuel Mendes.

Seguidamente, o voto de pesar ação, presentado pelo membro Rita Rosa foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Ana Rita Rosa, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, Marta Marques, Sandra Coimbra, Alfredo Cabral, Guilherme Duarte, Manuel Veiga, Jorge Marques, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Hélder Viegas, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares e José Manuel Mendes.

O voto apresentado pelo membro António Dinis foi colocado à votação, sendo aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Ana Rita Rosa, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias,



(low) fr3 alos

Sessão Ordinária 26-06-2017

Marta Marques, Sandra Coimbra, Alfredo Cabral, Guilherme Duarte, Manuel Veiga, Jorge Marques, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Hélder Viegas, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares e José Manuel Mendes.

2-Período da Ordem do Dia

2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

O senhor presidente da Câmara interveio:

"Senhor presidente da Assembleia Municipal, digníssimos membros da Mesa, senhores membros da Assembleia, Comunicação Social, Convidados, Público presente.

O deputado José Hélder, na qualidade de presidente da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo, fez uma observação a uma dita proposta, que foi aqui matéria de discussão, com o pormenor que o Grupo do CDS não a aprovou, tal como está refletido, só dois terços do CDS é que a aprovou, o outro terço não seguiu essa orientação de voto. O que acho que é de registar e que releva diferença de pensamento estratégico, sobre essas questões. Já não há falta de unidade nesse pensamento do CDS, quando há pouco dias atrás, se vê que sobre a mesma União de Freguesias, é também referido que o senhor tem um "elefante branco" na sua freguesia, com uma IPSS, como se essas responsabilidades fossem suas, exclusivas nesta matéria, e não daqueles para quem hoje lhe querem virar a mira. Registo esses pormenores, que são mesmo pormenores nessa circunstância.

Houve, aqui, hoje, uma posição muito alargada, sobre as problemáticas dos incêndios. Julgo que os temos bem presentes e em particular com as alterações das alterações climáticas. Não estranharam, o facto do município de Tondela ter sido o primeiro município da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, num consórcio nacional, a querer estar interessado num projeto piloto para a constituição de planos municipais de combate às alterações climáticas. De facto, nós teremos num futuro



Claub Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

próximo, cujas evidências já estão muito próximas de nós, períodos cada vez mais extremos. Períodos de grande pluviosidade, porque o problema não é só associado aos riscos e às ondas de calor, também será cada vez mais associado ao volume e à imprevisibilidade das consequências das cheias, de períodos intensos e críticos. Nós vamos caminhar para esses dois extremos. Vamos ter períodos mais curtos de grandes chuvas e, também, termos períodos mais quentes, com todas as consequências. Se, de facto, nós pudermos, o mais rapidamente, dar contributos para as alterações significativas que ocorrem à escala mundial, tal será importante, mas há uma coisa que temos todos a obrigação, que é de saber viver com as condicionantes que temos à nossa frente. Como tal, as matérias associadas a planeamento, prevenção, são o grande investimento futuro, que não se prende tão só como uma análise económica. O que se gasta anualmente em operações de combate, desde que bem gerido, permitiria grandes investimentos em prevenção. É impensável fazer uma avaliação deste tema sem se falar em planos de gestão florestal, sejam eles por força de emparcelamento ou por contratos de gestão. Não é possível ter um plano estratégico de combate e de prevenção se não existir a capacidade de se gerirem as manchas florestais, pois só assim se combatem as áreas continuadas que lhe estão associadas. Tenho dito, em vários fóruns onde tenho participado, que enquanto o Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta não passar a exercer fiscalização sobre as operações de rearborização que o mesmo autoriza, não teremos no terreno a capacidade de tomar as decisões, ainda que se possam ter os melhores planos. Dificilmente, haverá uma causa nacional tão mobilizadora como esta, porque de facto não bastam os momentos de dor. A nossa capacidade racional tem de criar consenso que leve a alteração de uma política de cultura efetiva, na forma como olhamos para a floresta, sem contudo se querer aligeirar a responsabilização doutros intervenientes e de todos os agentes neste processo.

Não é de estranhar que fosse o senhor Ministro da Ciência vir falar na profissionalização dos bombeiros. Esperava que a opção fosse da senhora Ministra da Administração Interna, porque a ela lhe competem as matérias de proteção e de prevenção. Mas diz bem, porque revela que a ciência deve estar ao serviço do desenvolvimento e isso para mim já é um ato muito relevante.



Jados

Sessão Ordinária 26-06-2017

De forma muito clara e expressiva, queria dizer que estou farto da vitimização quando ela é usada em estratégias próprias. Uma coisa são atos de vandalismo. Se o membro da assembleia, Joaquim Santos, diz que fez uma participação ao DIAP, (sobre danos causados num cartaz) tendo provas, que as comunique ao DIAP. Que avance com essa situação. Li num dos jornais oficiais dos dois partidos da oposição, onde diz que há provas ou suspeitas que foram comunicadas ao DIAP. Enquanto cidadão, digo conscientemente, não estou disponível para participar em campanha do boato ou da especulação. De facto, a existir um ato, que é condenável, de violação de uma norma que está associada à pré-campanha, que seja denunciado. Acredite-se na justiça. Dê-se provas dos elementos que se têm. Porque é tão grave o vandalismo, feito nessas circunstâncias, como o vandalismo verbal. É igualmente reprovável o vandalismo verbal. Matérias como: "outros dificultam escolhas alheias". Mas alguém está impedido? Ando há anos e anos a ouvir a mesma coisa. Que: "não vivemos num território de liberdade", "estamos num estado de pré-democracia". Acho que isto é um atentado à dignidade das pessoas. E, eu não me resigno no meu Concelho que as pessoas sejam tomadas por seres menores. Isto, de facto, é uma menoridade à capacidade, à inteligência, ao poder de decisão dos nossos concidadãos. Não aceito isso. Acho que todas as pessoas são livres de tomar as suas opções, mas também são livres de assumir as suas responsabilidades. Era o que faltava que o monopólio fosse dum dito partido, que não é poder, em abordar a pessoa A ou a pessoa B. Ou as pessoas tem uma etiqueta e um rótulo que só permitem serem contactadas pelo cidadão A e não pelo B? De facto, julgo que já lá vai longe o tempo em que nos podemos dar à discussão sobre matérias que estejam associadas à pré democracia. Não aceito isso. Quem o for, que assuma. "Imagino quanto vos incomoda a luz", esta frase foi dita no presente e para os presentes. A ideia de que, eu vitimizo, mas rotulo tudo de igual. Olhe que não me incomoda a luz, aliás, só com luz se consegue ver para além do óbvio. Pelo contrário. Não vivo nas trevas. A expressão "imagino quanto vos", todos que aqui estamos. Estou farto disso. Acreditem que não deixarei alterar o meu estado de espírito, que não alterarei o meu comportamento, não alterarei a minha estratégia, porque estou bem com a minha consciência. A consciência, é verdadeiramente a fonte de luz mais forte que existe dentro de mim. Depois, continuamos: "Guilherme foi lançado às feras". Ora, como eu considero que dentro de nós, do partido dominante, não estejam aí as feras, só



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

posso interpretar essa expressão se o Joaquim Santos se comparar ao homem feroz. Aquele homem feroz que fazia capa de revista e que dizia: "eu sou um homem feroz", chamava-se José Sócrates. De facto, as feras, se se toma como fera, talvez por isso não esteja domesticado nos ímpetos, porque também temos de domesticar os nossos ímpetos e saber controlar as nossas reações primárias para poder usar a capacidade de reagir racionalmente. Não quero fazer análise política, só quero demonstrar indignação, reação por tomar-nos todos por igual e dizer que "outros dificultam as escolhas". Não sei se está a falar para o seu próprio partido, tanto quanto me consta, pode ser recado interno. Mas, muito menos aceito "imagino quanto vos incomoda a luz", isso não aceito.

Questão do IP3/ligação a sul de Tondela. Quero deixar claro de uma vez por todas, porque este debate já está mais que cristalino, iluminado e transparente. De facto, vemos um ciclo de "vai e vem". Tivemos, no tempo de Durão Barroso, um estudo para autoestrada, em que no nosso PDM ficou uma mancha para uma área de intervenção associada a esse corredor. Estava em condições, com o estudo feito para a obra ter um estudo de impacto ambiental. Chegados a 2005, entrou José Sócrates, tendo sido anulado esse procedimento. De 2005 a 2011, foram criadas várias Parcerias Público Privadas. Existia a grande concessão do centro, onde estava integrada a autoestrada do Pinhal Interior, designada hoje A13. Na zona de Ceira estava prevista a ligação à A14 (Figueira da Foz/Viseu). Como estavam várias obras incorporadas. Chegados a 2011, chegou-se à conclusão que não havia interessados para tantas obras. Nessa altura, houve o pedido de assistência externa. Em 2015, o governo da XIX legislatura, sabendo que não havia fundos comunitários, nem existiam recursos no Orçamento de Estado, criou uma solução para que com risco exclusivamente privado, pudessem existir operadores que a quisessem explorar. Esta solução passava grande parte, para pegar no atual troço do IC 12, de Canas de Senhorim a Santa Comba Dão, transformá-lo em autoestrada portajada. De seguida, existiriam 7 km, entre Rojão e Aguieira, que eram simultaneamente IP3 e requalificado para perfil de autoestrada. Chegados à Aguieira, existiria uma via nova que ligaria a Coimbra, faseadamente. A 4ª operação, seria a ligação de Canas de Senhorim a Mangualde, também portajada. A 5^a operação, qualquer concessionário, que há época mais desejaria, era colocar uma portajem em cima do troço do IP3, de Tondela. Isso teve a minha oposição. Neste momento, é o troço onde o fluxo de carros é maior, pelo que



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

seria do agrado do privado. Com o governo de então, este presidente de câmara acordou que em paralelo o governo reabilitaria o IP3, principalmente no troço de Tondela, para nos ligar ao Rojão Grande. De facto, o nosso problema principal no IP3 está no troço entre Valverde e Alto do Pendão, porque esta via foi feita no arranque dos anos 80 e não era IP3 à época, era uma Variante de Tondela, tendo o IP3 se apropriado desta via.

No primeiro semestre de 2016, num concelho da região centro, em Castelo Branco, pelo atual Ministro das Infraestruturas foram anunciadas que: era necessário reabilitar a ferrovia e que não havia nenhum documento sobre a rodovia. Existe um acordo de base parlamentar que suporta o atual governo, onde por imposição do Bloco de Esquerda, não há Parcerias Público Privadas ou Privadas, pelo que o governo está "refém" deste acordo, razão pela qual não pode desenvolver nenhum modelo de parceria. Mas, ao mesmo tempo, como não tem dinheiro para fazer, porque descapitalizou o investimento em Portugal, removeu os recursos que estavam nas Infraestruturas de Portugal para, como todos sabemos, controlo aparente do deficit, há a necessidade de criar a ideia que vai ser começado do zero. Poder-se-ia começar do zero, desde que o zero fosse capaz de nos conduzir a algum ponto de chegada. Neste momento, o que o governo criou foi uma adjudicação a uma equipa projetista para desenvolver um estudo de viabilidade. Sabendo que esta autoestrada a partir de Rojão ou eventualmente da Aguieira deve passar a norte do Mondego, isto é, Mortágua /Souselas e chegado a Souselas nos dê a possibilidade de entrar na A1 ou se deve ser desenvolvido um corredor a sul do Mondego, isto é, a sul de Penacova passando por Miranda do Corvo, até Ceira. O que está em cima da mesa é isto. Num primeiro momento foram ouvidos os Municípios que estão associados a este estudo. Por solicitação do presidente da câmara de Tondela, questionei estes dados. Chegados ao Rojão, qual é a opção? A solução é continuar a defender A25, por causa dos camiões, criando um corredor rodoviário, ligando A25 a Mangualde? É essa a solução? A solução é reabilitar o IP3, de Rojão até Tondela? O que me é dito é que não sabem responder, porque o estudo só tem por missão fazer o estudo até Santa Comba, que talvez apontem pistas para o futuro. Temos todos de perceber o seguinte: este estudo é sobre traçados, é para ser desenvolvido durante este ano, durante 2018 é para ser desenvolvido o estudo de impacto ambiental e se nenhuma condição ocorrer em contrário em 2019 há eleições legislativas. Não há obra até às eleições legislativas. Mas a pergunta continua presente.



(Coul)
Pados

Sessão Ordinária 26-06-2017

Sabendo que existe esse acordo de governação com Bloco e CDU, qual é o modelo de financiamento desta autoestrada? É público? Estamos a falar de uma obra que só de Rojão a Coimbra é de cerca de 550 milhões de euros. É com renegociação do acordo de Parceria, no âmbito dos quadros comunitários? É com concessão? Não sabemos. Quero registar que manifestei a minha oposição, não há solução ser a norte ou a sul do Mondego, embora para nós nos pareça que a norte do Mondego tenha mais vantagens por razões de centralidade de Coimbra, mas sim pela inexistência de pistas, soluções de Rojão ou Aguieira até Tondela. Nem que no limite, como sempre defendi, seja a transformação do IP em via rápida, porque de facto entre Valverde e Adiça não é via rápida, porque não foi construída como itinerário principal.

O que se passa com o IP3, passa-se de alguma forma com a radioterapia. O que o Secretário de Estado, Manuel Delgado, veio anunciar a Viseu que estava em condições de criar uma unidade de radioterapia, não sabendo se vai ter um ou dois aceleradores lineares. Se forem dois aceleradores custa 7,5 mil milhões de euros, se for um talvez fique por 5 mil milhões de euros. O modelo de financiamento ainda não se sabe. Não se sabe se é por reforço do capital do hospital enquanto EPE, se por negociação dos fundos comunitários, se por investimento ou se é financiada pelo Estado. O modelo de concretização será embrionário com o IPO de Coimbra. Quando diz que a obra já começou estou para ver onde está o modelo de financiamento.

Mas, hoje, quero vos colocar um desígnio que é muito relevante para o nosso concelho. De facto, temos todos a preocupação com a situação existente relativamente ao tarifário das águas. Como, hoje, ocorreu uma conferência de imprensa, onde os cinco municípios anunciaram um propósito. Em 1997, foi aberto um concurso público para que fosse selecionada uma empresa para concessão do sistema existente, no caso foi selecionada a empresa Águas do Planalto. Nessa altura, existia um conjunto de redes dispersas em cada um dos municípios, que as geriam. Por força desta concessão transitaram, a exploração desses sistemas, para a nova entidade. Desta gestão, essa entidade em 1997, tinha de desenvolver e idealizar um sistema que fosse capaz de criar uma barragem, de transpor a água dessa barragem para uma estação de tratamento, que fosse capaz de distribuir para os cinco concelhos e de explorar o sistema. De 1997 a 2007, foi feita uma candidatura a fundos de coesão para financiar o sistema da barragem, que



Cleur

Sessão Ordinária 26-06-2017

rondou os 21,9 milhões de euros. Os municípios deveriam entrar com 20% da candidatura, o que representava cerca de 4 milhões de euros. Ora, nesse período, nenhum município entrou com 1 cêntimo para essa comtrapartida. As obras foram ocorrendo, os fundos de coesão não vieram logo de início, as faturas foram colocadas em factoring junto da banca. A banca não tinha nenhum problema em emprestar dinheiro. Em termos de factoring e de juros resultaram em 6 milhões de euros em encargos. Também, é verdade que nesse período, as obras foram fiscalizadas e não estava prevista, inicialmente, a fiscalização. Estimam-se que tenham sido utilizados 850 mil euros para operações de fiscalização. Também nesse período, se verificou que onde passavam as adutoras, ficavam valas abertas. Na obra inicial, não estava prevista a reposição dessas valas. Em alguns casos, a pavimentação total da via. Pelo que, em pavimentações foram gastos 4,8 milhões de euros. É verdade, que foram direitos de passagem onde passavam direitos de servidões, construídos reservatórios em alguns sistemas que não estavam previstos e fornecimentos de energia elétrica em infraestruturas, que se estima em 1,1 milhão de euros, a somar a isto, em 2007, os municípios, por força de beneficiarem de rendas da concessão, assumiram o montante global de 7,5 milhões de euros, o que deu um milhão e meio a cada município. Os dados em 2007, são estes. Estes dados evidenciam que a Associação de Municípios, em 2007, poderia ir junto da banca contrair um empréstimo e saldava as suas dívidas. Consta que numa primeira fase foi iniciada essa tentativa de empréstimo, mas chegados a 2007, a Lei das Finanças Locais não permitiu concretizar essa operação, porque vinha consolidar um endividamento local. Isso levou a que então pedissem à concessionária se estaria disponível para uma operação que fosse capaz de resolver esta questão. A concessionária, deste modo, respondeu que feitas as suas contas estaria em condições de entregar 22 500 000€, que não chegou para pagar toda a dívida, mas propuseram alterar o sistema de tarifário, de modo a recuperar os valores entregues. O contrato inicial, que tinha dez anos e vigorava por quinze, pelo que terminaria em 2012. Em 2007, é feito um aditamento por mais quinze anos em cima de 2012, isto é até 2027 e é escalonado nesse plano a amortização dos 22 250 000€. Os factos são estes e até aqui é a história que todos conhecemos.

Chegados aqui, há quem defenda e no caso tenho ouvido de alguns dirigentes do MUAP, dizendo que se defende a ilegalidade desse aditamento feito em 2007. Estando,



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

aqui os dois líderes parlamentares do CDS e PS, membros do MUAP e não os tendo visto a manifestarem-se contra essa decisão, sou levado a concluir por lógica dedutiva que ambos concordam que o contrato feito em 2007 é ilegal. Deste modo, há dois caminhos, um, de dizer que há uma ilegalidade feita em 2007. Tanto quanto sabemos foi feita uma participação à Procuraria Geral da República, que por sua vez remeteu o processo para o TAF de Coimbra e de Viseu. Coimbra, porque Tábua pertence a Coimbra. Neste caso, arquivado e depois feito recurso. Por várias vezes, nem uma nem duas, nesta assembleia tem defendido de forma vivamente, respeitando a separação de poderes entre o poder político e o poder judicial. Julgo que era desejável, tão cedo quanto possível, que os Tribunais se pronunciassem. Isto é, não por eu dizer que me parece que alguma coisa é ilegal, que a torna ilegal. Quem tem o poder de a declarar ou não (a ilegalidade) são os tribunais e em última instância, após os sucessivos recursos, legítimos, que a Lei e o Estado permitem. Há um ano e meio que não se conhecem nenhum desfecho sobre esta questão. Dizia eu, que há dois caminhos, um deles é continuar a bater na tese que há uma ilegalidade. E como ilegalidade que existe, este contrato não pode manter-se em vigor. Mas se por ventura, hipótese teórica e absurda, este contrato fosse inválido, quem entrou com 22 500 000€, vai ser ou não ressarcido do montante que aplicou? Julgo que esta pergunta é legítima.

O atual conselho de administração da Associação de Municípios tomou posse em novembro de 2013. Primeiro passo que se procurou fazer, entre outros domínios, foi procurar, em 2014, desenvolver um estudo junto da Deloitte, que não custou os valores que o senhor Joaquim Santos reiteradamente tem dito, os valores reais foram de cerca de 37 mil euros. O estudo concluiu que: 1º - o estudo não demonstra existir à época matéria suficiente para demonstrar a existência de lucros excessivos. Bem sei que os senhores, membros do MUAP, contestam, acham que há lucros excessivos de 3 e 4 milhões. já expliquei vezes sem conta, mas a quem não interessa perceber nunca interessará compreender. Num modelo destes onde não está feito o modelo de prejuízo deferido e de lucro deferido. Começou com cerca 20 milhões negativo, para no final da operação se saldar as contas. Há-de ter lucros acumulados e obter os 20 milhões de euros. Tem de existir o acumulado. Em 2014, o estudo da Deloitte não foi conclusivo, não se evidenciando existir lucros excessivos. Notem que, como qualquer projeto financeiro ou



Caul Goods

Sessão Ordinária 26-06-2017

parceria, em 2007, o estudo foi feito para que a banca emprestasse o dinheiro, dizendo que os clientes iam aumentar, que o volume da água ia sempre aumentar. Para que junto da banca terem o conforto de aumentar os seus clientes.

Em Portugal, foi criado um Decreto-Lei, que foi o 194/99, que vem regular estes sistemas. Defende a criação de sistemas de acompanhamento. Ela não existia em 2014. Criámos uma comissão de acompanhamento que tem por missão avaliar os critérios de qualidade, do serviço e a dimensão económico-financeira. De lá para hoje, o que fizemos? Todos ouviram nos últimos meses, alguns municípios a anunciarem intensões de resgate, aconteceu em Barcelos, Paços de Ferreira, Mafra e mais dois ou três casos no país. De todos, já algum foi concretizado? Na nossa concessão, a operação de resgate está lá prevista, para tal é necessário anunciá-lo com um ano de antecedência. As penalizações a pagar incidem sobre os cálculos dos 22 milhões e o que ainda não foi amortizado. Se fosse este mês corresponderia a cerca de 19 milhões de euros. Tem de se pagar, igualmente, uma indemnização pelos anos que não foram ainda concretizados até 2027, que corresponde a 20%, vezes o número de anos, vezes o número de água faturado no ano anterior, o que corresponde a cerca de 12 milhões. Tudo isto corresponderia a um valor de resgate de cerca de 30 milhões. Mas de acordo com a Lei, pode-se evocar uma operação de resgate, demonstrando o interesse público. Ora, para demonstrar o interesse público, tem de se atingir o mesmo fim com menos custos. Neste caso, o preço será maior ou menor do que aquilo que hoje temos? Estas matérias têm de ir ao Tribunal de Contas. Razão pela qual todos os que até hoje anunciaram resgates, estão a tentar chegar a modelos de negociação e não a evocar o resgate. No nosso caso, o resgate tem uma penalização, que será os cerca de 19 milhões, que ainda não estão pagos. Mas mesmo admitindo que exista uma imprecisão no contrato, ninguém dirá que não é devida à outra parte aquilo que à cabeça deu.

Apoiámo-nos em estudos jurídicos e estudos económico-financeiros. Durante o ano passado e este ano com a empresa Sérvulo Associados, foi desenvolvido para a Associação de Municípios, um estudo jurídico que demonstre se existe condições que possa ter ferido o aditamento de 2007 de invalidades? De anulabilidades? De nulidades? Ou de enfermidades que o passam tornar nulo? À luz de hoje teríamos uma leitura. À luz de 2007, a resposta é não. Mas eu acrescento que essa decisão cabe aos Tribunais. De



Cados Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

seguida, vem a 2ª pergunta: admitindo que exista algo que possa ferir esse aditamento, não é devida a parte que entraram à cabeça e que tenha de ser restituído. Aí a resposta é conclusiva em todas as pessoas que ouvi. Não há nenhum negócio feito livremente entre as partes em que se empreste dinheiro a um terceiro, que esse terceiro não tenha de o devolver, mesmo que o negócio tenha uma nulidade, anulabilidade ou inconformidade. Se este estudo aponta para esse caminho, quais são as soluções possíveis? 1- Resgate. O resgate, já o demonstrei, que economicamente é inviável e há a oposição legítima, digo eu, do Tribunal do Contas. Então, existe um segundo caminho, que é uma alteração por imposição destes municípios ao sistema tarifário. Mas que imposição é esta e como pode ser feita? Para mexer no tarifário o que vai ser mexido ou cedido? Se chegarmos à concessionária e alargarmos o prazo de concessão de forma a minimizar os respetivos pagamentos, é uma solução relativamente simples, todos ficavam felizes, mas não ficava satisfeito, porque há uma diferença entre os dois conceitos. Porque, de facto, poderia implicar uma prorrogação de prazo vigente. A condição de partida é negociar sem aumentar o período de vigência do contrato. Então como é possível baixar sem aumentar o período de vigência? Os estudos que temos feitos são estudos muito sólidos que envolvem a equipa de Sérvulo e Associados, mas também uma empresa a RPG, que é um dos maiores consultores em sistema de tarifários, liderada pelo professor Cunha Marques, que acompanhou alguns sistemas nomeadamente o da Figueira da Foz e que estará no novo sistema tarifário a que está sujeita as Águas de Viseu. Com estes consultores temos, hoje, solidez para as negociações. Em 2007, como já disse, a concessionária foi à banca buscar dinheiro. Os juros, nessa altura, partiam de uma Euribor que estava entre 4,5 e 4,6 %. Hoje, a Euribor está a rondar o negativo. À época tínhamos um IRC que rondava os 23%. Hoje, fruto do XIX Governo Constitucional, o IRC tem uma taxa menor. Há partidos que não defendem a redução da taxa do IRC. Dito isto, há uma variável que joga a nosso favor. A segunda variável tem a ver com a TIR (taxa de rentabilidade). Gostaríamos que a concessionária contribua para este esforço, queremos que seja parte da solução. Daqui também ocorrerá um contributo para este tarifário. Depois resultam também o novo sistema de normalização contabilístico. Um bem, como uma barragem, não se amortiza se estivesse em esfera de investimento municipal, em 30 anos. Tem um prazo de amortização superior. Ainda nessa matéria e decorrente da Lei nº 194, o nosso



Sessão Ordinária 26-06-2017

sistema tarifário não está adequado, nomeadamente nas entidades públicas. Nós, municípios, estamos a pagar a água mais barata do que o 1º escalão, da tarifa doméstica. A Lei nº 194 não recomenda, nem prevê esta situação; prevê que as entidades públicas paguem a água correspondente ao 3º escalão doméstico. Por fim, existe uma sobretaxa, que não é receita da concessionária, é da Associação de Municípios, que admitimos nesta renegociação pegar neste modelo e refletir. Tudo junto, permiti-nos concluir que podemos obter no final desta operação uma redução da fatura da água para os domésticos de 25%. Quando digo fatura, não estou a dizer preço do m3. É o somatório das parcelas que terá uma redução de 25%. O propósito que hoje foi comunicado, oficial e formalmente à concessionária, é que até ao dia 10 de julho, tem de se sentar na mesa das negociações e tem seis meses para fechar esta operação. Isto é, no último trimestre deste ano serão aplicados os novos tarifários. Não valerá a pena alguém querer dizer que o presidente da câmara está a fazer campanha mediática à conta desta operação. Não será até 30 de setembro que o tarifário da água será mexido. O tarifário é para estar concluído e em vigor no prazo de seis meses, a contar de hoje, nas condições aqui ditas, sem aumentar o período de vigência, utilizando o equilíbrio e um composto de várias soluções que cumulativamente e de forma articulada conduzirão a este desfecho. Com isto quero dizer que, em momento algum, se parte do princípio de que não desejamos que os tribunais tomem decisões. Agora não ficamos é à espera das decisões? Dentro da nossa esfera e no limite do nosso esforço, tudo fazermos para negociar aquilo que parece mais adequado pelo interesse dos nossos concidadãos. Julgo que é um grande momento, porque tem a ver com as preocupações legítimas das pessoas, mas também não pode corresponder à demagogia que se possa querer fazer com esta matéria."

Continuou com a visualização das atividades da câmara ocorridas desde a última assembleia municipal.

O membro Jorge Henriques tomou da palavra:

"Antes do início da minha intervenção, não quero deixar de felicitar o senhor presidente da Câmara pelo anúncio do que se perspetiva realizar na redução da fatura da água. O que prova mais uma vez que o PSD está atento, que a gestão autárquica, liderada pelo PSD, está atenta às preocupações dos munícipes do nosso concelho. Só recordar, que



Sessão Ordinária 26-06-2017

Jews Cers

também foi o PSD que em tempos e nesta mesma casa, lançou uma proposta da criação de uma tarifa social."

Continuou com a intervenção escrita. (anexo 5)

O membro Vera Machado interveio, de seguida. (anexo 6)

O membro Joaquim Santos tomou da palavra:

"Senhor presidente.

Cuidado com tantos elogios que qualquer dia ainda desertam.

Continuou com a intervenção que se transcreve:

"Senhor Presidente da câmara municipal,

Sei que o seu tempo tem sido, ao longo deste mandato, obcecadamente direcionado para os seus grandes cavalos de batalha, roubando-lhe tempo para as pequenas coisas da vida, não da sua, mas dos munícipes que, invariavelmente, preferem a resolução dos seus problemas, mais do que as suas invariáveis obras imperiais — falo das obras do Estádio João Cardoso, admirando o seu grande entusiasmo, que não lhe conhecia, pelas coisa do futebol, e daquela empresa de escapes de automóveis, que lhe retirou, imagino, noites e noites de merecido descanso, mas que o levou a embriagar-se de um sucesso que apenas os seus correligionários mais chegados, entenda-se apoiantes, lhe reconhecem. Digo isto, e não estou a brincar! Aliás, não costumo brincar com coisas sérias, a não ser em momentos de descontração!

Estes dois empreendimentos, repito, não lhe deram margem para exercer outras competências, porque não as quis delegar. Não é a mim que compete ajuizar as suas razões, mas a verdade é que a sua desconfiança na sua equipa prejudicaram o nosso concelho e não dignificaram a papel dos autarcas, sobretudo daqueles que deveriam, a tempo inteiro, fazer mais do que fizeram em prol do nosso território. Claro que é um exagero dizer que nada mais fez do que essas obras de mandato, mas afigura-se-me que muito mais, com menos esforço e dinheiro, se poderia ter feito. Não me pergunte quais e o quê, a não ser que a sua maioria me conceda tempo para debatermos, em pé de igualdade, este tema!



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 26-06-2017

Sinto-me, portanto, no direito de lhe remeter algumas perguntas, que acredito me responderá com toda a transparência que lhe seja permitida:

- 1 Qual foi o investimento, até esta data, na ampliação da Z. I. do Lagedo, e qual o investimento a fazer, concretamente na ampliação da ETAR para servir os novos utilizadores?
- 2 Nessas obras, houve algum investimento do município, no Posto de Transformação (PT)? Qual foi a empresa que executou essa instalação?
- 3- Quantos postos de trabalho, nesta fase de arranque da produção, irão ser ocupados por residentes no concelho de Tondela?
- 4 Numa sessão anterior, perguntei-lhe quanto tinham custado as novas torres de iluminação do Estádio João Cardoso, e se foram pagas pela câmara municipal. Mantem a sua resposta? Está disponível para fornecer uma cópia do caderno de encargos, que acabou por ser adjudicado, sem visto do TdC, com as consequências que sabemos, ou terei de fazer um requerimento formal?
- 5 Pode indicar, se tiver na memória, qual foi a empresa que instalou as torres e iluminação do estádio? Essa empresa presta, prestou ou tem adjudicados outros serviços à CMT?
- 5 Está de acordo com o que foi dito na última A. G. do CDT, que os socialistas são contra o CDT? Ou não esteve lá?
- 6 Tem conhecimento que o estádio vai ter um novo relvado, quando ainda nem dois anos passaram sobre as obras que impuseram a sua substituição?
- 7 Sabe qual e empresa que vai fornecer esse relvado e se, por acaso, essa empresa fornece outros serviços á CMT?

Senhor Presidente, poderia colocar-lhe não apenas estas, mas outras questões. Mas não teria tempo para lhe falar de outros assuntos, que considero de relevante importância:



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

Na última sessão, perguntei-lhe qual o cognome que lhe agradaria ter gravado, como agora está na moda, nas placas toponímicas que andam por aí a circular. [Aproveito fazer um parêntesis e perguntar ao senhor presidente da J. F. de Canas de Santa Maria (se estiver presente) se já engraxou a placa que foi retirada do pontão do nó do IP3 de Valverde! E se vai haver inauguração!]

Voltando ao assunto. Recordo que disse desejar ser conhecido como "O Justo"!

Na verdade, já tivemos um Conquistador, que deu um par de bofetadas na mãe, um Lavrador, que não sei se alguma vez pegou num arado, um Formoso, que não deixou descendente, um Venturoso, que foi feliz á custa dos riscos dos navegadores, faltandonos, aí está, o Justo!

Mantém essa sua ambição, ou foi apenas um deslize?

Sabe, senhor presidente, ninguém deve ser juiz em causa própria, rezam os manuais de boa conduta.

Obviamente que os nossos conceitos políticos são quase antagónicos, mas, surpreendentemente, ou não, os nossos conceitos de justiça são, também, abismalmente diferentes, e explico porquê:

Afirmou aqui, há 2 meses, que as juntas de freguesia iriam ter tanto dinheiro que nem saberiam como o gastar! Quais freguesias? As que considera em risco de perder, porque os reinados de que o senhor fez parte, as habituaram a ficarem quietas à espera de ordens para pavimentarem o largo da paróquia, seguido de foguetes e beberetes, em vésperas de atos eleitorais? Lembre-se, senhor presidente, por mais que se esforce, nunca deixará de ter o seu lugar de destaque como um dos arquitetos do oásis que quase arruinou este concelho!

Responda-me, por favor:

Acha justo assinar tantos protocolos, a torto e a direito, e esquecer-se dos compromissos que assumiu, concretamente na ajuda para a reconstrução de uma coisa a que alguém confundiu como uma capela, na Freixeda? Sabe, comprometeu-se, na condição do terreno estar em nome da Junta de Freguesia, e sabe que já está. No entanto, deixou resvalar tudo, impedindo que esse eventual valor, que nos foi prometido, vá a



Jews Jackos

Sessão Ordinária 26-06-2017

tempo de ser orçamentado e porque sabe que não cometemos ilegalidades! No entanto, esquece-se da mesma exigência, quando se trata de obras num cemitério, que ajudou a arquitetar, no tempo das vacas gordas, sem critérios nem rigor, permitindo que se enterrassem, não cadáveres, porque para isso não tem condições, mas muitas dezenas de milhares de euros, num terreno que nem está em nome da Junta, o que é, entre outras, uma grave ilegalidade. No entanto, diz que é uma decisão política nossa, rejeitar uma monstruosidade que para mais nada serve a não ser para enterrar o passado, do qual o senhor, recordo, faz parte. O senhor acha que as pessoas da nossa terra não lhe merecem mais respeito do que aquele que tem demonstrado por elas, rejeitando as suas legítimas reservas? Acha justo, em vez de confiar, como lhe é institucionalmente exigido, nos legítimos representantes da freguesia, tenha de obedecer ao despeito de gente que foi relegada para segundo plano, no ato eleitoral? Acha justo que, para livrar a face de gente do seu partido, que promoveu uma construção ilegal, nós tenhamos de cometer essas mesmas ilegalidades?

Recordo-lhe, pela enésima vez, senhor presidente: temos uma campa vaga no nosso cemitério. Toda a responsabilidade recairá em si, acredite. A Junta de Freguesia, hoje mesmo, e é apenas uma coincidência, escriturou e pagou o terreno para a ampliação do cemitério existente. Diga aqui, de uma vez por todas, que não vai contribuir para as obras, na mesma proporção que o tem feito para situações semelhantes!...

E diga, também, que não vai contribuir, de imediato, no arranjo urbanístico, onde já investimos, no Carregueiro, na mesma medida que tem feito com as outras freguesias!

Mas não é tudo, senhor presidente:

As suas prioridades e as suas desconfianças transformaram quase todos os serviços num caos. Dou-lhe alguns exemplos:

Um assunto que o senhor tem em mãos há mais de uma década, e que reassumiu há cerca de 3 anos, encontra-se completamente bloqueado. Falo-lhe no troço da rede de saneamento do lugar dos Carvalhos, no Ribeiro. Um outro assunto, que tem em mãos, há mais de um ano, e que lhe foi recordado por mais que uma vez, caiu no esquecimento — a colocação de 2 ou 3 postes de eletricidade na ligação à Freixeda, para proteção de crianças que se deslocam a pé para casa, nas tardes já noite de inverno. Mas depois anda para aí a



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

espalhar que Tondela é de primeira...na educação! O que entende por isso, senhor presidente? É o seu sentido de justiça a falar por si?

E as passadeiras com se comprometeu e que não fez, sabe porquê? Porque só as pintaria se o seu "assessor" para o território, lhe desse autorização! Mas a que propósito? Confia assim tanto nele, e não confia nos outros, mesmo sendo seus vereadores?

Mais: lembra-se, porque tem boa memória, das incontáveis vezes, pessoalmente e por escrito, que lhe pedimos uns tantos metros de alcatrão para asfaltar pedaços de arruamentos onde as pessoas deram terreno seu para alargar alguns troços de rua! Foi nos seus mandatos anteriores, dos quais é responsável, que lhes foi prometido. As suas desculpas eram sempre as mesmas.- temos de contratar uma quantidade substancial de trabalhos para executar. A verdade é que o tempo passou e o senhor esqueceu-se. Acha justo? E acha justo ter preterido esses compromissos assumidos com tanta gente, em favor de umas boas dezenas de milhares de euros gastos para asfaltar uma rua sem saída, para servir uma habitação, segundo se consta, repito, segundo se consta, de familiares seus? E deixando à deriva uns outros ramais de via, onde também vivem pessoas, mas que não são seus parentes?! É esse o seu sentido de justiça, não tendo a noção das prioridades? Quando nos custa cada um desses votos?

E acha justo que os seus serviços, que dependem, tais como todos os outros de si, levam já mais de 3 anos para sancionar quem não respeita os outros, fechando-lhes caminhos, e permanecendo numa habitação sem licença de habitabilidade, num processo de invulgar estranheza, transparecendo que ninguém está interessado em incomodar ninguém, preferindo resvalar na ilegalidade? Falo-lhe, concretamente, e mais uma vez, na Freixeda. Onde está a justiça? Ou é esta a sua justiça? Onde está o zeloso cumprimento da legalidade?

E porque já falei da minha freguesia, mas muito mais poderia falar, vou mudar de agulha, para ver se consigo enquadrar algum rabisco da sua justiça. Em nome da transparência, pergunto-lhe:

- A responsável da Contabilidade, encontrando-se ausente do serviço, por alguns meses e por uma boa causa, foi substituída por quem? Quando custa aos cofres



Sessão Ordinária 26-06-2017

Claus Andor

municipais? Não há, nos quadros da CMT, gente competente para colmatar, temporariamente, essa falta? Ou algo de estranho acontece?

- É verdade que, sem qualquer parecer técnico favorável, tenciona licenciar dois postos de abastecimento de combustível, mesmo nas imediações da Z. I. da Adiça, a cerca de 100 metros um do outro, e sem qualquer estudo de impacto ou de prevenção ambiental ou estrutural?
- E pergunto-lhe se não há, em Tondela, gente capaz de fazer a apresentação das Marchas de Santo António, mais conhecedora da história e dos costumes de cada uma das instituições participantes, como por exemplo a Marta Catarina.
 - É verdade que uma sondagem feita há uns meses atrás foi paga pela CMT?

Se me responder que nunca ouviu falar, eu digo-lhe o teor das perguntas! Pode ser que reavive a memória!

Por fim,

Quando se iniciam as obras do canil municipal, ou aquela verba foi apenas para enganar alguns mais distraídos?

Ou vai dizer-me que aguarda o estudo da zona ribeirinha, que já foi apresentado e nem réstia de canil?"

De seguida, efetuou algumas considerações sobre a intervenção do senhor presidente da Câmara:

"Senhor presidente, eu não me vitimizo. O senhor é que sistematicamente vem, para aqui, vitimizar-se com as redes sociais, que tanto o incomodam. E hoje voltou a fazêlo. Quando eu falo em "feras", a "fera" do Guilherme foi mesmo o senhor. O Guilherme não sabia do que estava a falar. Não sabia que os tais privados, como o senhor aqui explicou e muito bem é obra do seu governo, queriam portajar o troço que vai para Canas de Senhorim, queriam fazer o troço que vai para Rojão Grande para ser portajado. Não havia uma solução que fosse económica para os utentes que a utilizam diariamente, seria sim incomportável.



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

O senhor leu e contou muito mal, a história da água. O que o senhor aqui disse é do conhecimento de todos. O problema que está em causa, não é ter-se alcatroado os troços que foram danificados pela passagem de tubos, foi ter-se alcatroado estradas que nada tinham a ver com a rede de água. O que aconteceu aqui, foi um PPP semelhante àquelas que foram feitas em Tondela. Por isso é que faltou dinheiro. A minha freguesia apresentou há dois anos na Ficton um filme, onde se desmascarava tudo isto. Onde o anterior presidente da câmara dizia que os municípios iriam pagar 20% da obra. Não, os municípios não pagaram nada. Os municípios foram sacar dinheiro, um milhão de meio de euros, cada um, que nós todos andamos a pagar. Muito obrigado"

Os trabalhos continuaram com a intervenção do membro António Dinis:

"Senhor presidente da Câmara.

Iria começar por aquelas que foram as suas intervenções iniciais e alguns comentários que fez, nomeadamente, por "um terço do CDS que não votou". Um terço do CDS juntou-se ao PSD e, portanto, já está clarificado, porque é que um terço não votou. Tivemos a oportunidade de apresentar a nossa candidatura com a nossa estratégia de comunicação definida e deste modo já apresentámos a candidatura para Lajeosa do Dão. Portanto, aquele remoque está respondido. A nós não nos incomoda absolutamente nada.

Em relação ao "elefante branco", não sei como se chamam estes elefantes, se são brancos ou amarelos. Sei é que está lá uma obra, no Barreiro, que deveria de alguma forma envergonhar quem passa por ali todos os dias. Passei lá e acho que nenhum de nós fica envaidecido com o que se lá vê.

Em relação ao "vandalismo verbal e que não se vive em liberdade". Tenho tido o cuidado e já vou responder ao Jorge Henriques, pela linguagem que utiliza nesta assembleia. Nunca me ouvirá, aqui, maltratar ou destratar ou atribuir alguns adjetivos nomeadamente menos corretos a nenhum membro desta assembleia. Uma altura levantei um pouco a voz e foi o "Deus nos acuda". O senhor presidente utiliza em relação a um deputado desta assembleia, no caso particular eu próprio, em fevereiro: "repugnante", "Bobby Tareco". Em abril: "irrelevante e insignificante". Como já referenciei, não vou tratar assim ninguém e por isso queria que estivesse cá o Jorge Henriques, porque alguém



Sessão Ordinária 26-06-2017

que diz, que a apresentação de candidatos como troféus de caça, não é bonito. Esta linguagem não fica bem nesta assembleia. Não fica bem a nenhum de nós ter este tipo de linguagem e acresce também um reparo que a Vera aqui faz, "do vazio de ideias e do projeto". Já expliquei várias vezes que não há vazio de ideias, podem é não concordar com as nossas ideias. Fiz aqui uma proposta de recomendação, entenderam não a votar. Estou à espera que o senhor presidente diga algo sobre a proposta de recomendação. Temos uma ideia, temos uma proposta. Dizer que não fazemos cá nada, que não temos ideias e que não temos projetos. Não fica bem. Não digo isso de vocês. Não digo isso do PSD. Posso é não concordar com as vossas ideias, agora não digo isso do PSD, nem do PS. Em muitas ocasiões até discordamos deles. Até aconteceu há pouco que o CDS apresentou e eles abstiveram-se, mas não digo isso de ninguém. Não fica bem a quem está no poder, ou a quem quer que seja tratar assim as oposições, os opositores ou os seus correligionários. Não gosto desta terminologia e tenho de fazer aqui esse reparo.

Tarifário da água, é um assunto que pela mesma lógica dedutiva que o senhor presidente utilizou, se estava ou não a favor da anulação dos contratos, diria senhor presidente, bem-vindo ao MUAP, à ala mais moderada do MUAP. Os tais que defendiam há muito tempo a redução de preço. Andamos a dizer, no CDS, desde novembro de 2013. Curioso, não é? Quando veio aqui, uma apresentação por uns senhores, a tentar nos apresentar a nós e por azar colocaram uma freguesia onde sou utente, a dizer que o preço era mais alto do que pagaria aqui pelas mesmas condições em Tondela. Depois foi um lapso, as folhas em Excel trocam aquilo tudo e é uma chatice tentar justificar. Tenho ali as faturas. Até nisso dou um elogio ao senhor presidente da Câmara Municipal de Tábua que diz uma coisa muito importante, "não é a mais cara do país, mas é das mais caras", está na conferência de imprensa. Bem-vinda pela sua lógica dedutiva, que me associou a mim, a anulação dos contratos, pelo que também faço a mesma lógica dedutiva para si, bem-vindo ao MUAP moderado. Os tais que defendem a redução dos encargos da água, porque são dos mais caros do país, portanto, bem-vindo. Depois o que é dito e fundamentado, porque ouvi a conferência de imprensa do senhor presidente da Câmara de Tábua, e a esse propósito o senhor presidente foi sério aqui connosco e acho importante dizer isso, disse que é um propósito dos municípios negociar isto. Ora bem, no jornal local, já isto como assumido. O senhor presidente disse que era um propósito e vão



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

negociar para ver o que dá, certo? É um propósito, uma intenção, de redução em 25%, consubstanciado na argumentação, que curiosamente é grande parte no argumentário que o CDS já aqui tem apresentado há algum tempo. Lembra-se da questão da sobretaxa? Na altura, não tinha fundamento. Os juros e a Euribor, só desceram este ano. Enfim, não vou para a questão da demagogia e do eleitoralismo, não vou fazer também essa demagogia. Mas vou ler a notícia que já foi colocada nas bem-ditas redes sociais, que diz: "o preco da água dos cinco concelhos servidos pelo Planalto Beirão vai sofrer uma redução de 25% no seu custo". "Vai sofrer", é afirmativo. Também dizer: "este novo preco será refletido na fatura de dezembro deste ano, em janeiro de 2018, anunciaram hoje em conferência de imprensa os presidentes de câmara de Mortágua, Tondela, Carregal do Sal, Tábua e Santa Comba Dão". Ainda bem, que o senhor presidente não disse isso aqui. É só para dizer que há esse propósito para negociar. E se a concessionária não aceitar? Não sabemos, é um propósito, uma intenção. Só fazer essa nota que acho que é importante. O presidente foi, aqui, sério connosco. Tem de reconhecer que disse que a este propósito, querem fazer uma reunião até 15 dias, se não puderem criam uma comissão e a coisa vai andando, para ver no que dá. Mais, diz aqui, que se fala naqueles que já acordaram e que há municípios que fizeram acordos com as concessionárias. Já há a nível nacional. Falta o visto do Tribunal de Contas, mas isso não impede nada. Para dar a notícia verdadeira, também falta aqui o visto do Tribunal de Contas ou para este caso não é necessário? Há muitos casos que por acordo da concessionária e dos municípios, existem reduções. Ou é um lado ou é outro. É neste aspeto que gostaria de focar.

O senhor deputado Jorge colocou aqui uma questão, que achei engraçada, a tarifa social proposta pelo PSD. Então vou dizer-lhe como está a tarifa social proposta pelo PSD. Na reunião de junho estava agendado a aprovação do regulamento de tarifário social. Andamos a falar nisto há quanto tempo? Dois anos, talvez. Foi retirado o ponto da reunião de câmara, porque não foi entregue o documento atempadamente. E hoje, voltamos à mesma conversa. Jorge, recomendo que leia as atas da reunião de câmara. Isto, evidencia tudo do que andamos aqui a falar. O CDS anda a defender isto há muito tempo, o PS e o PCP também o têm feito, não somos só nós. Não somos os únicos neste desiderato. Temos defendido exatamente isto, redução dos preços da água, porque são das mais caras do país. Objetivamente, havia condições há muito tempo de fazer esta



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

negociação. Vale mais tarde, do que nunca. Mas, vem ao encontro daquilo que sempre aqui dissemos. Esta é a realidade dos factos.

Sobre as atividades da câmara, tenho algumas referências, em particular, a Feira Gastronómica do Cabrito e da Serra do Caramulo, estive lá presente, ainda bem que não apareceram grandes fotografias, mas estava pouca gente. Não estive no dia do desfile das Marchas, mas imagino que fosse muito animador, mas estive na sexta-feira. Fiquei triste. Tem de se dar uma volta àquilo, porque assim não é nada. Percebo a dificuldade em colocar imagens, porque não foi muito favorável.

Em relação ao concurso para os funcionários para a Câmara Municipal, que já aqui foi falado. Já estão a decorrer há muito tempo. Era para saber qual o ponto da situação da admissão de pessoas, que pelos vistos são necessárias, em particular para as ETAR's. Sei que tem andado a subcontratar serviços de apoio de outras empresas. Se precisamos dessas pessoas para fazer manutenção e acompanhamento dessas ETAR's, estamos à espera de quê? É incompreensível este tempo todo para se lançar um concurso. Ou são ou não necessários. Se não são necessários, escusamos de andar com isto e fazemos subcontratação.

Só uma nota, a viagem ao Oceanário das crianças. Felicitar pela iniciativa. Só dizer, também, que houve um problema qualquer com os transportes das crianças do Caramulo e Campo de Besteiros.

Um elogio ao nosso movimento associativo. O CDS associa-se a esses apoios. Estive no torneio de futebol dos Galfarritos, em homenagem ao Dr. Elísio, e gostei muito de lá estar. Também gosto de estar com o movimento associativo. O movimento associativo não é exclusivo, nem desportivo, nem cultural, de ninguém. Todos nós, na medida dos nossos interesses, filiações, do que gostamos, também gostamos do movimento associativo. Nem todos somos profissionais da política e todos nós na medida das nossas possibilidades, vamos a esses eventos."

O membro Alfredo Cabral interveio:

"Muito boa tarde, senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, membros da assembleia e todos os presentes.



Alus ados

Sessão Ordinária 26-06-2017

Gostava que o José António continuasse como presidente da câmara, mas também gostava de ver o Joaquim Santos lá. Só para depois fazer um juízo. Acho piada, estarmos num momento pré-eleitoral. A assembleia de setembro que será um pouco mais dura. Mas, às vezes fazia bem olharmos um pouco para aquilo que são as palavras. Por acaso, dou graças, à criação da natureza ter lutado pelo homem e pela palavra, porque se não tivéssemos palavra a dizer, às vezes com o rancor e ódio que vai por aí, se fosse à bofetada, sei lá o que restaria de sobreviventes aqui.

Gosto de vir à assembleia, porque recebi a informação desse ato de vandalismo, que fizeram ao Quim Santos. Gosto deste Fórum, porque vamos sendo informados. Não há dúvida que todos nós somos um pouco herdeiros dos vândalos, andaram por aí a cruzar-nos e todos temos um pouco de tendência para o vandalismo. Agora que é condenável fazer isso, é, quarenta anos depois de andarmos a aprender o que é democracia, é intolerável.

À Vera, comunicas bem, mas se houvesse aqui uma psicanálise do olhar, o teu olhar é sempre a vergastar o Quim Santos. Vergaste-te muito o Quim Santos e depois incendeias, às vezes, palavras um pouco mais agressivas. Como não tenho hipótese de pôr no prato da balança e estão aqui alguns senhores jurisconsultos, "há direito quando o fiel equilibra os dois pratos". O povo até diz: "está no ourinho", quando pesam os produtos da terra. E é um pouco este o sentido de direito e de justiça. Sebastião Cruz, catedrático de direito de Coimbra, passado tantos séculos de direito romano, veio descobrir que afinal a palavra "Direito" vinha de "IUS Derectum". Estamos no direito quando estamos na retidão. Nada, nem os deuses nem a natureza pode forçar o homem a sair desta retidão, desta autenticidade. Vida de palavra, de ação, de intenção. É verdade que a democracia criada pelos Gregos e a república pelos Romanos nos tenha deixado estas belíssimas leituras. "Domus" o povo, ordena. A "Rex" é o cuidado da coisa pública. E no plano das intenções, julgo que quem ocupa uma função procura fazer o melhor. É essa um pouco a ética Kantiana, fazer sempre o melhor, de acordo com a Lei da minha razão e da minha autonomia. Agora entendo por é que às vezes, há discussões nas aulas e os nossos jovens dizem "professor, discussão política não, porque os políticos são corruptos". Não são, a coisa política é a coisa mais nobre que há, porque é a encarnação de um pacto de ter famílias coletivas, que cuidam de uma família mais numerosa. Era



Sessão Ordinária 26-06-2017

Jules Parks

nesse sentido que me parece fundamental, às vezes haver alternância por projetos, por ideias e discussões. Agora cair, como alguém aqui disse, "procurar a pulga na palha", é um pouco descer o espírito mesquinho, de maldade. Nem tudo justifica o uso da palavra, pela atitude da agressão. Condeno, por exemplo uma Vera que olha muito para o Quim Santos, naquilo que ele diz, parece que está a dar um recado. A oposição também é boa, quando vem com bons propósitos. Era só nesta perspética que acho que é fundamental, certamente não vamos fazer o recado de Lacan. Eu procuro fazê-lo, quando ao fim do dia reflito, procurando ver quem é o Alfredo Cabral, isto é, qual é a precessão do meu eu nas atividades do dia. Gosto muito do auto conceito positivo e autoestima muito elevada. Resta-me dizer que chego a isso quando o dia corre bem, houve amor à verdade, houve serviço à família, à solidariedade, por vezes o silêncio. Sei que a democracia faz parte da guerra e da luta pela palavra felizmente, se fosse à bofetada ou ao tiro já todos tínhamos fugido. Mas não sei, naquilo que a equipa do PSD faz, se havia possibilidade de fazer melhor. Fico extremamente agradado por aquilo que vou vendo e vou compreendendo. A coisa política é difícil, compreendo também os ataques da oposição, se são positivos. O José António e quem está no poder tem capacidade intelectual para tirar o recado que são necessários, mas é bom manter-nos nós."

De seguida, foi a vez do membro Cristiana Ferreira:

"Minhas senhoras e meus senhores, renovo os cumprimentos.

Julgava que estávamos no decurso de uma assembleia municipal, mas aquilo que acabamos de assistir por parte da intervenção do membro desta assembleia, Joaquim Santos, foi ao vivo e a cores um tempo de antena daquele que é o candidato, pelo PS, às próximas eleições autárquicas. Estranho, até, que não tivesse pedido aos serviços de apoio desta assembleia que colocasse aqui o seu cartaz. Na verdade, o que assistimos foi, sob a forma transvertida de questões e mais questões, insinuações e mais insinuações. De ataques ao senhor presidente da Câmara, que não podemos de maneira nenhuma tolerar e uma ausência, mais uma vez total e absoluta de qual o rumo, qual o projeto e daquilo que pretende para o concelho de Tondela. O valor das coisas é de duas naturezas absolutas ou relativas. Gostaria de conhecer aquilo que é o valor absoluto das alternativas e dos



Sessão Ordinária 26-06-2017

(Jews)
(Carlos

candidatos. E apenas o que conheço é aquilo que sempre de forma, relativa ao senhor presidente da Câmara, relativa ao trabalho desta Câmara, tem sido dito.

Da mesma forma como gostaria de dizer ao membro Dinis. O membro Dinis gosta de equacionar a sua intervenção política numa questão de avaliação estética das coisas, "o que é bonito" ou "não é bonito" e "é feio". Mas, também, devo dizer-lhe que não me parece bonito, e pegando nas suas palavras, que ninguém se acha melhor do que ninguém. Eu não sou melhor que ninguém. As pessoas são diferentes, tem projetos diferentes, tem ideias diferentes e, portanto, ninguém é melhor que ninguém. Nenhum ser humano é melhor que ninguém. As pessoas são diferentes. Ser melhor ou ser pior, naturalmente, será uma situação que será avaliada no próximo dia 1 de outubro."

Continuou com a intervenção escrita, que se transcreve:

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Ninguém pode ignorar ou contrariar que o assunto da água foi de forma sistemática e reiterada trazido a esta Assembleia julgo até que terá sido o assunto mais debatido neste ciclo...

Se houvesse um *Top Mais* dos assuntos aqui tratados ...este estaria em primeiro lugar há várias semanas...

Ora, se todos reconhecemos que o assunto foi sempre discutido também teremos que concluir que o Sr. Presidente da Câmara sempre respondeu de forma detalhada, minuciosa, extensa, profunda e com grande sentido de responsabilidade a esta temática.

O espírito de tolerância, a capacidade para dialogar e para aceitar a diferença, bem como a vontade de cooperação, o respeito pela inclusão e pelo exercício livre da cidadania, mais do que motivações, pertencem à prática diária do Presidente da Câmara de Tondela, no quadro do exercício das funções confiadas pelos nossos concidadãos.....

Eu própria debati o assunto por diversas vezes e por isso não me é difícil retomar a questão.



Sessão Ordinária 26-06-2017

(ados

Aliás, fiquei sem resposta quando por mais do que uma vez perguntei se o Dr. Cílio Correia, candidato pelo partido socialista nas eleições de 2013, as tivesse ganho se o MUAP tinha nascido....

Como com a mesma frontalidade denunciei todos aqueles que pretenderam tirar dividendos políticos da questão, numa adesão intencional tão natural como a sua própria sede de poder....

O Presidente do Município de Tondela sempre demonstrou a maior atenção e cuidado sobre a questão da água tendo afirmado por inúmeras vezes que, se tal fosse possível, ou quando viesse a ser possível, pudesse ser ajustado e revisto o preço da água, sem que no entanto onerássemos as gerações futuras...

Disse-o aqui e noutros contextos vezes sem conta....

Como disse que os municípios não dispõem de mais de 40 milhões de euros para o resgate do contrato...

Como disse que importava que a fórmula de cálculo do preco da água tornasse possível a concretização do desejo de atender à diminuição dos encargos decorrentes desta conceção...

Como disse que acompanha e espera, igualmente, que o Tribunal Administrativo e Fiscal se pronuncie sobre as questões....

Como disse que estava empenhado em encontrar uma solução...

É certo que quando estamos perante um problema temos que procurar uma solução mas não é menos verdade que quando a solução é mais problemática do que o próprio problema temos que rever a nossa estratégia...

E portanto a prudência que o assunto merece impôs certamente reserva, determinação e trabalho!



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

Retomo por isso o que já foi dito e escrito a este propósito.

Até 2013, mesmo tratando-se de matérias que se reportam a 2007, mesmo sabendo que os preços da água tiveram os maiores incrementos em data anterior a 2013, não são conhecidas as preocupações dos elementos que compõem o MUAP, o que nos permite concluir, legitimamente, que se trata de um "processo pós-autárquico", com interesses políticos, ainda que não explícitos.

O MUAP trilhou legitimamente o seu caminho...entendeu que a solução para o problema da água foi a denúncia junto do Tribunal Administrativo e Fiscal...o que tem de ser e sempre foi respeitado...

Mas o objetivo não foi sempre uma diminuição do preço da água?

Ora, a solução está desenhada e aqui d'el Rei porque vai haver eleições....

Francamente...

Mas afinal o MUAP não é um movimento apartidário?

Então porque é que incomoda ou é importante se é em contexto de eleições ou não ?????

O MUAP vai a eleições no próximo dia 1 de Outubro?

O Grupo parlamentar do PSD regozija-se pelo empenho e trabalho desenvolvido pelo Presidente do Município de Tondela e pela possibilidade de uma diminuição muitíssimo significativa do preço da água que se situa na ordem dos 25%...pelos nossos concidadãos e pela melhoria das condições de vida!"

O membro Guilherme Duarte tomou da palavra:



(leub (h2) Caclos

Sessão Ordinária 26-06-2017

"Oh! Deputado Joaquim Santos, ainda pensei há bocado quando referiu o "lançar ás feras", ainda percebi que fosse num tom mais ou menos de brincadeira. Agora, passar um atestado de incompetência, não lhe admito. Estou a falar mesmo a sério, não lhe admito. Quando se lança às feras normalmente é um comestível e eu não sou comestível. Aqui, nesta assembleia, ninguém me come. Quero frisar bem isso e que sirva para futuro. Pelos vistos, o que acontece aqui é que quem não sabe não sou eu, é o deputado Joaquim Santos, que não respondeu às minhas perguntas. Das duas assembleias que presenciei até agora, há uma coisa já percebi e que é clara, quando os senhores não sabem ou sabem que não têm razão, qualquer argumentação difamatória para vocês serve. Há uma coisa lhe garanto, é isto que nos distingue, para termos posições partidárias diferentes."

O membro Jorge Henriques voltou ao debate:

"O deputado Dinis referiu-se à minha intervenção, por causa da expressão: "vão sendo exibindo candidatos, como trofeus de caça". Penso que vem sendo essa a postura que venho vendo. O candidato Dinis, penso que o vejo e permita-me a caricatura de caçadeira em punho a ver quem é que vai caçando. Obviamente só se deixa caçar quem quer. Penso que o CDS já nos vai habituando um bocadinho a este tipo de desportos mais radicais, pugilatos e de caça. Politicamente, penso que era importante nesta questão da água, era saber o que é que o CDS faz. Rasga o contrato? Resgata? É isso que quero saber. Eu, cidadão eleitor do concelho de Tondela, gostava de saber se o CDS, se for eleito presidente da câmara, vai rasgar o contrato? O mesmo para o meu amigo, Joaquim Santos.

Nós, trouxemos, aqui, duas soluções. Taxa social para famílias carenciadas e famílias números. Trouxemos, igualmente, uma proposta concreta, devidamente explicada, onde se rirá reduzir até 25 % a fatura da água. E os senhores fazem o quê? Querem reduzir, onde, como e de que forma? Quem vota gostava de saber."

O membro António Dinis respondeu:

"Começando pela intervenção da Cristiana. Quando elevei o tom de voz, foi chamado de mal-educado. Tenho memória. Quando alguém aplica esses termos, de repugnante, insignificante de alguém e membro desta assembleia. Isso não é feio, nem é bonito, é má educação. Não trato assim ninguém. Estou a dizer que é quando alguém chama alguém de repugnante. Não trato ninguém assim. A deputada Cristiana tem uma



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

coisa que é fantástica, as pessoas não são melhores, nem piores. Sou professor e alunos que façam um teste, onde um aluno tira um 18 e outro um 7, eles são diferentes, um é muito bom e o outro é medíocre. Agora dizer que não há melhores, nem piores, aí tenho algumas reservas. Não sei qual a melhor terminologia juridicamente. Para mim são melhores ou são piores.

Oh Jorge, eu fico cansado desta história, porque é aborrecido. Estamos todos fartos de falar, há documentos escritos daquilo que são as propostas do CDS. Desde o início falei da questão da sobretaxa, votaram e recusaram. O que hoje foi anunciado com uma pompa enorme, já andamos a dizê-lo, desde novembro de 2013. Vão ler as atas. Fiz aqui uma proposta de recomendação, se calhar vão dizer que o CDS não apresentou nada na assembleia. Está ali uma proposta em cima da mesa, não foi votada, por opção, que nem tem de ser, mas o presidente da câmara deveria pronunciar-se sobre isso, acho eu. visto ser uma proposta. Agora dizer que o CDS não apresenta nada, é mentira. Na questão da água em particular, estamos muito à vontade. Depois de ter visto a ata de câmara de 2 de junho, onde diz que o regulamento não foi aprovado e estamos a falar disso há muito tempo, não acham que deveriam pedir explicações? Vocês PSD que votaram isso. Hoje, está tudo na mesma, porque houve reuniões de câmara a seguir e nada foi aprovado. Vocês não vêm cá pedir explicações, porque é que não anda. Faço este papel de oposição e é para isso que a oposição cá está, para levantar estas questões, professor Alfredo. Andamos com a questão do tarifário social, onde votámos favoravelmente, e chegados a 2 de junho foi retirado o ponto, porque não foi entregue documentação atempadamente, depois já houve mais 3 reuniões de câmara. Isto a mim preocupa-me. A oposição deveria estar calada? Dava jeito. Mas temos de cá vir levantar estas questões, é incómodo? É. Sou maleducado? Acho que não. Acho que sou calmo e não trato mal ninguém.

Cá estaremos com a nossa equipa, que vamos apresentando, com os projetos. Cá estaremos para discutir. É assim que se faz democracia. Fui solidário com o Quim, porque há 4 anos aconteceu com o CDS. É triste e mau, tenho a certeza que não foi por nenhum dos órgãos do PSD, mas não é bonito. Acho que não devemos atirar responsabilidade a nenhum partido, mas estou solidário.



Carlos

Sessão Ordinária 26-06-2017

Apresentámos o nosso candidato da Lajeosa e foi com enorme orgulho que o apresentámos. Não retirámos a confiança política a um candidato, que em princípio irá pelo PSD. Fez a transição, se ele entende que essa é a opção mais adequada no compromisso que assumiu connosco, é uma questão dele, mas nunca nos ouviram criticar a decisão que tomou."

O membro Cristiana Ferreira respondeu ao membro António Dinis:

"Falou do critério dos professores e que há alunos melhores e piores, como é evidente. Aquilo que tentei demonstrar e que se calhar não percebeu, é que tenho pouco tolerância ao autoelogio. Avaliação de quem é melhor ou pior, tem de caber a outros e não a nós próprios."

O membro Vera Machado interveio:

"Há pouco esqueci-me, uma palavra de regozijo para a manutenção de Tondela na primeira Liga. Alegria para muitos, uma arma que acabou para alguns. No entanto, gostaria de ver o senhor Joaquim Santos na próxima assembleia do CDT. Gostava mesmo de o lá ver. Como sócio basta pagar 60€ por ano e estar na assembleia do clube."

O senhor presidente da câmara interveio, de seguida:

"Senhor presidente da assembleia, distintos membros.

Foram feitas um conjunto de questões e arroladas um conjunto de perguntas que de facto, em particular o deputado Joaquim Santos, quando a mesa da assembleia, mas fizer chegar, responderei, porque tenho pena de não ter tomado nota de todas e se não responder a todas pode-se subentender que não quero responder. De facto, as que fui registando evidenciam uma nota comum, o senhor, responsável de um partido, que tem vereadores no órgão executivo, tem uma situação privilegiada em relação a outros, porque no quadro da organização interna, poderá sempre perguntar a fontes mais próximas, para não ter que alimentar algumas das suspeições que fez. Isto para dizer que confunde algumas mensagens que vai escrevendo, com o propósito de ter uma visão estruturada que aqui depois quer refletir. Em primeiro lugar, quero dizer-lhe que não me deixo embriagar por razões que aqui evocou. Sinto-me comprometido com o nosso concelho, com o território e com as vitórias que temos. De facto, aquele que se embriaga procura



Club

Sessão Ordinária 26-06-2017

no momento fazer esquecer os méritos, os esforços e o sacrifício ou eventualmente tirar o proveito do esforço de outros. Deste lado, está alguém que procura conscientemente, em cada momento saber interpretar os desafios e saber estar à altura daqueles que nos colocam. Mas, uma coisa me pode orgulhar, durante este mandato, é ter contribuído para que o crescimento económico do nosso concelho seja ainda mais forte. Isso, digo com muita satisfação. Não numa visão de egocentrismo ou satisfação pessoal, mas por sentir que esses objetivos são fundamentais para o crescimento do concelho. É verdade que durante este mandato, muito tempo se perdeu, muito tempo se investiu a apostar na captação de investimento. Apostar no investimento daqueles que veem, mas também daqueles que cá estão e que estão a ampliar a sua capacidade instalada. Isso, de facto, julgo que é um motivo que deve orgulhar o concelho e naturalmente o presidente da câmara, como primeiro responsável pelos desígnios do concelho. Isso não diminui, mas sim amplia a capacidade do nosso concelho.

Quero dizer-lhe que não sou um entusiasta novo, quando procura fazer a referência ao entusiasmo do futebol. Já o disse várias vezes que para além do aspeto desportivo, há uma relevância estratégica, de crucial importância na afirmação do nosso concelho à escala do país, com a participação de uma equipa na primeira Liga. Já o disse e reafirmo, lamento que nesta assembleia, por razões de outra natureza, não tenha sido interpretado este desígnio como sendo de todo o concelho.

O senhor faz um conjunto de perguntas, em que se entende o fio condutor. E quero, em primeiro lugar, dizer que não tenho nenhuma reserva de princípio ideológico ou outra que seja, sobre os meios e os modos de comunicação. Procuro ser uma pessoa informada, tanto quanto possível, procuro interpretar nas várias fontes de informação, a leitura dos acontecimentos. Mas, sim, serei sempre alguém que combaterá o tal "atentado verbal", que o senhor aqui quis fazer na equiparação dum cartaz. Combaterei o atentado verbal, da falsa informação, da utilização de factos desvirtuando a realidade. Esse é o perigo da comunicação em alguns suportes, que hoje existe. Infelizmente, somos, todos os dias confrontados com má informação ou informação manipulada. Isso é um atentado à liberdade das pessoas. Quando um cidadão faz um juízo de valor acreditando que aquilo que lê corresponde à verdade dos factos, ele fá-lo genuinamente, mas muitas vezes é arrastado para uma falsa decisão, má decisão, porque foi apoiada em algo que não é



Claub Gados

Sessão Ordinária 26-06-2017

verdadeiro. Esse é o perigo de algumas redes, cuja rapidez com que a informação circula não permite a verdadeira apreciação da factualidade que ali está em causa. O senhor é ou quer ser vítima disso? A não construção da procura da verdade, leva-o a seguir as ditas fontes falsas, as ditas fontes manipuladoras e as ditas fontes mal-intencionadas. Como não posso estar a reagir a cada momento e entendo que quem tem responsabilidades institucionais tem de ter o distanciamento dessa situação, vou rindo de algumas coisas. Como por exemplo: acompanhei um comentário que teria sido instalado um relvado, há dois anos no complexo João Cardoso, razão pela qual não se compreenderia, hoje, o que teria acontecido àquele relvado. Em primeiro lugar, cria-se a suspeição, "terá secado?", as pessoas foram rindo com aquilo. Segunda versão, era que iria ser substituído. Drama maior. "Como é possível um relvado colocado há dois anos, estar a ser substituído". E é isso, que o senhor veio, aqui, fazer. O senhor foi traído por essa má informação. Lendo a pergunta que fez, pergunto-lhe se sabe o que está a dizer? Se tem conhecimento do que está a dizer? Ou se se alimenta pelas más fontes? Tantas vezes, são dadas informações deturpadas, que esta estoirou-lhe nas mãos. Sou presidente de câmara, há 3 anos a caminho dos 4, e durante este tempo, não conheço nenhum relvado que tenha sido colocado no campo principal no estádio João Cardoso. Aconselho- o a e si e a todos aqueles que procuram torpedear, todos os dias, a informação, tenham cuidado com o que leem e com o que escrevem. Gosto da informação, acho que a informação é peça fundamental para a tomada de decisão, mas não posso pactuar com esse jogo da desinformação.

Sou responsável por todos os atos praticados na administração do município. Escolhi uma equipa e como tal, tenho legitimidade, para distribuir a confiança nos membros da equipa. Farei a devida avaliação no tempo certo, mas sou o primeiro e o último responsável por todos os atos da administração. Aqueles que cometo e aqueles que outros que por delegação de competências possam executar menos bem ou melhor. Portanto, farei a minha devida avaliação, no momento que entender.

Sobre a questão da ZIM, há um conjunto de perguntas que evidenciam um intuito que deveria ser mais explícito. Esse intuito é tentar fazer uma correlação entre obras e empresas. É isso que está na sua cabeça. Na zona industrial do Lajedo desenvolveu-se uma empreitada no ano de 2016, que se prendia com a criação de uma plataforma com a





Sessão Ordinária 26-06-2017

área de 115 000 m2, que se destinava a uma venda, à luz do regulamento da zona industrial, cuja assembleia teve conhecimento atempado, para a instalação de uma unidade industrial. Como em todas as operações onde se venderam lotes em zonas industriais, os lotes são vendidos terraplanados e infraestruturados. De facto, a empreitada, por concurso público, integrava uma terraplanagem. No quadro da instalação desta empresa, a exemplo de outras, o município tem de executar as infraestruturas associadas à mesma: água, águas residuais, eletricidade, gás, telecomunicações. Foi lançado um concurso público para a execução da 2ª fase da ZIM. Este concurso integra a reabilitação do troço da estrada entre o cruzamento da Estrada Nacional 628 até á rotunda de Santiago /Variante Lajedo, áreas de expansão e suas infraestruturas. Bem sei que alguns "bem-intencionados", procuram criar especulações sobre estas obras. Para além dessa empreitada, foi lançado um concurso para as infraestruturas elétricas do novo lote da empresa instalada da ZIM, tendo ganho o concurso a QBeiras, com sede em Nelas. Não é assim senhor Joaquim Santos? Porque também tenho direito de ter emoções, interpretei bem o que quis dizer. Não aceito esse tipo de associações. Quero dizer-lhe que esse trabalho não estava previsto na empreitada que foi adjudicado por concurso público a um consórcio Rosas Construtores e Socorpena, cujos trabalhos se estão a iniciar esta semana. A empresa que se está a instalar necessita de energia, está a efetuar os testes e acho de uma gravidade considerável a indiciação, que aqui fez. Dito isto, quero dizer-lhe que as demais infraestruturas vão entrar em execução do contrato e que durante estes dias a obra iniciar-se-á com a correção das infraestruturas de acesso a Lourosa, porque a Fresenius precisa de ampliar o seu centro logístico. Por essa razão iremos alterar uma rua existente. Iremos concluir a urbanização de todas as infraestruturas entre a Fresenius e o BricoCerejeiras. Iremos executar novos arruamentos, contornando junto ao Ferro Alumíno Besteiros, com uma nova saída. Neste momento, estamos a ultimar todas as aquisições, que se aproximam de 300 000 m2 no Lajedo. O que nos deixará espaço de lotes disponíveis para novas unidades, que felizmente estamos a negociar.

É bom saber que os investimentos na Zonas Industriais não se limitam ao Lajedo. Irá para concurso público, brevemente, um projeto de expansão da Zona Industrial de Tondela, cujo volume de investimento se estima em dois milhões de euros.



Claubs aulos

Sessão Ordinária 26-06-2017

Informá-lo, também, que fora destes trabalhos de ampliação da Zona Industrial do Lajedo, estamos a trabalhar numa solução de ampliação da ETAR. Aquela ETAR foi prevista, há mais de 12 anos. Quando foi idealizada, a Fresenius tinha cerca de 300 trabalhadores, não estava aí localizada a Brose e a Interecycling tinha cerca de 40 trabalhadores. Em 2020, estimo que a Zona Industrial do Lajedo tenha mais de 1 700 trabalhadores. No quadro da Eberspacher previa-se que fossem recrutados, este ano, cerca de 120 trabalhadores e que fosse aumentando até 2020, ano em que atingiria os 500 trabalhadores. Neste primeiro ano, posso afirmar que até 31 de dezembro, a Eberspacher irá recrutar mais do que aquilo que estava previsto. Segunda pergunta que fez sobre esta empresa, que me custa que haja esses tipos de suspeições: "quantas pessoas são do concelho de Tondela?". O senhor se for empresário sente-se limitado a procurar, a escolher, os mais capazes? Vou dizer-lhe quais são os princípios da seriedade e da boa verdade que está em cima da mesa. A Eberspacher, entre duas pessoas com perfil similar, escolherá a pessoa que viva no concelho de Tondela. Mas, nunca o escondi, há áreas onde não temos pessoas qualificadas, soldadura em particular, felizmente estão a vir pessoas de outros concelhos viver para Tondela. Hoje, o problema de Tondela não é um problema de oferta de trabalho, é um problema de oferta do parque habitacional, razão pela qual espero que o mercado imobiliário reaja a esta necessidade. Há de facto, hoje, necessidade de maior oferta de habitação, seja na cidade ou de revalorização das nossas aldeias.

Sobre a questão do Estádio João Cardoso, como é sabido, fizemos uma cessão da posição contratual, em que a empreitada passou toda para domínio do clube. Não tenho nenhuma reserva em lhe conceder a cópia do caderno de encargos, onde irá responder à sua pergunta, quem tinha a responsabilidade da colocação das torres de iluminação.

Em relação à colocação do relvado, para saber quem é a empresa, terá de perguntar ao Clube Desportivo de Tondela. Como sabe existe um contrato de desenvolvimento desportivo, à luz do qual o município financiou 1, 2 milhões de euros, que tinham a ver com as condições capazes de rececionar jogos da Primeira Liga. É uma obra do clube. A empresa SportRelvas tem um contrato com o município de Tondela para: tratar do relvado, propriedade do município de Tondela, designado por número 2, e manutenção de relvados sintéticos, nomeadamente em Nandufe, via contrato de comodato, e Escola Secundária de Tondela, que está permanentemente disponível e em utilização intensa,





Sessão Ordinária 26-06-2017

nomeadamente pelas escolas de futebol e em particular pelos Pestinhas. A manutenção do relvado em Molelos, até agora feita pela Tondelviva. Fruto dos contratos de alterações, passará todo o sistema a ser feito pelo município. Era feito e pago pela Tondelviva. No Parque Urbano era o município que pagava a manutenção como o senhor sabe.

A partir daqui o senhor derivou para o papel de candidato à União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas. Nessa circunstância percebo as perguntas que fez, mas há uma que não pode ser descurada. Respeitarei sempre as decisões tomadas por qualquer órgão autárquico. No caso em concreto da freguesia, então, Vilar de Besteiros, a junta de freguesia de então, tomou uma opção de construir um novo cemitério que viesse a servir a freguesia. Fez uma opção legítima. Adquiriu um terreno, se está ou não registado não sei, e edificou as infraestruturas com o propósito de aí ser feito o cemitério. A atual União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas entende que esse não é o espaço adequado, por uma de natureza técnico/política, por entenderem que não querem dois cemitérios na freguesia, pelas razões que tem toda a legitimidade em defender e, acrescenta a essa razão, que não tem condições técnicas para que aquele espaço seja cemitério. Nesse último domínio, apresenta um relatório feito, por solicitação da junta, com técnicos da saúde e com técnicos da área do planeamento, da delegação da CCRDC em Viseu. Esse relatório evoca algumas patologias que enferma aquele espaço, o de não ter a profundidade em algumas zonas, o não ter solos adequados para que possa servir como cemitério e não ter um sistema de drenagem que garanta o devido licenciamento. Basicamente são estes os pontos, não estou a fugir aos problemas, nem estou a encontrar respostas mais douradas. É uma decisão gestionária local. A posição do município também é clara a esse nível. Se o espaço onde os senhores não pretendem o cemitério, mas se há condições, tem condições para ser reconvertido e serem ultrapassados essas patologias, então vamos avaliá-las. Chamou-se uma empresa de especialidade, capaz de fazer substituição de solos onde for necessário, capaz de fazer drenos onde for necessário e capaz de aprofundar a área de escavação até 2 m de acordo com aquilo que é pretendido. O custo destes trabalhos ronda os 12 000€. Julgo que qualquer decisor sensato, ponderado, equilibrado e justo, o município está disponível para atribuir um apoio no valor de 12 000€, visto ser um valor que se estima para resolver a situação. Se, por opções gestionárias, não quer o cemitério aí e o quer levar para outro



Caul

Sessão Ordinária 26-06-2017

local ou ampliar outro que exista, tem a mesma importância de apoio mas se custar mais, é um problema de quem toma as decisões.

Continuou, ainda, a colocar um conjunto de questões e uma delas não pode ficar, aqui, sem abordagem. Evidentemente, as tais fontes que gostam de deturpar, dizem que neste mandato está a ser feito um alargamento de um arruamento com pavimentação e que eventualmente é de um familiar "seu", (presidente da Câmara). O que está em causa não é ter ido lá. Quantas ruas sem saída, neste concelho, foram pavimentadas? E continuarão a haver ruas pavimentadas. O que é importante que me diga, é se nessa rua vive ou não alguém e se é familiar. Isso já é relevante, porque conduz ao tal princípio que há pouco começámos. Sabe que essa matéria não é exclusiva sua, há de facto quem goste de criar suspeições para tentar com ela poder eventualmente lançar mais poeira, convictos de que as pessoas não são capazes de discernir as coisas. De facto, redigirei requerimento ao senhor presidente da Assembleia Municipal, para que por sua vez o dirija ao senhor membro da Assembleia para saber qual é a fonte de informação, porque quando se diz "parece que", é porque alguém lhe deu essa informação. Quero saber quem é essa fonte de informação para atuar em conformidade, porque julgo ser necessário no tempo em que estamos a viver. Como continua essa fonte de informação a dizer que a responsável do serviço de economia e finanças está de licença de maternidade e se não há nenhum técnico capaz de preencher esse lugar? Tenho de informá-lo que não há. Talvez como candidato à autarquia, pudesse conhecer o quadro de recursos humanos, talvez se estivesse nesse lugar, antes de fazer a pergunta procuraria saber quem eram as pessoas que existem no serviço, para saber se são ou não qualificadas. O município contratou uma empresa de serviços. A dependência daquele serviço, organicamente, hoje, está na esfera do presidente da câmara e que tem uma assessoria para acompanhar nesse domínio o bom desempenho destes serviços. Dizer-lhe, também, que as marchas de Santo António já foram apresentadas por muita gente. Não queira que todos os candidatos à câmara sejam apresentadores de marchas de Santo António, porque o fui durante alguns anos, na qualidade de vereador da cultura. Com ironia acredito que seja um lugar de grande visibilidade, razão pela qual cheguei a presidente da câmara, mas não acredito que a Teresa Guilherme seja candidata a presidente da câmara, não fico preocupado com isso.



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

De facto, temos excelentes pessoas no concelho de Tondela, com grande capacidade e com generosidade para o fazer, porque muitas o fizeram no passado, gratuitamente.

Sondagens, todos nós soubéssemos que uma empresa de sondagens esteve no concelho. O senhor não sabe, eu também não. Quando souber diga-me, talvez não tenha tanta surpresa em relação à décalage que possa existir, no seu partido. Se houve perguntas sem sentido, não sei, não as conheço, nem os resultados.

Obras do canil, não tem nada a ver com a Frente Ribeirinha, está a ser desenvolvido o projeto. Tem razão, porque já deveria estar adiantado, vou saber o ponto da situação.

Quero dizer-lhe que não me vitimizo com as redes sociais. Procuro ser uma pessoa informada, valorizo muito a informação, leio suficientemente para estar informado, agora não posso pactuar ou reconhecer mérito ou crédito a tudo aquilo que é dito. Debato política, não debato com especulações políticas.

Sobre o IC12 e IP3, julgo que está tudo mais do que clarificado. De facto, o governo da XIX legislatura não tendo recursos próprios, não tendo soluções encontrou uma solução e essa tinha uma conversão do IC 12 em autoestrada, por essa razão, sim opus-me a que o atual IP3, no troço de Tondela fosse transformado em via portajado/a.

Sobre a água, diz que a história está mal contada, mas a história é aquela que eu contei. Diz que há alcatroamentos em estradas onde não passou a água, se quer diga quais são. Há denúncias ao Ministério Público todos os dias, que venha mais uma.

Professor Alfredo, acho que o senhor vai ter a oportunidade de fazer o 2 em 1. Que é ver-me na câmara e ver lá o Joaquim Santos. Estimamos muito as suas observações, porque são feitas sempre com o distanciamento e serenidade de quem procura interpretar politicamente, mas também com cunho muito humanista, racional e capaz de nos induzir a uma reflexão pedagógica. Agradeço as suas reflexões e a capacidade de nos fazer repensar sempre, porque repensar é uma forma elevada de reaprender e aprender estamos sempre a construir e a fazer melhor.

Não fui eu que utilizei o termo "elefante branco", referindo-me à IPSS de Barreiro de Besteiros. Acho que as pessoas devem ser responsáveis por aquilo que dizem e por



6-06-2017 July

Sessão Ordinária 26-06-2017

aquilo que escrevem. Na conferência feita pelo CDS consegui ler uma coisa elucidativa sobre essa forma de pensamento que se prende com esta questão dos compromissos. Em determinada altura relativamente à IPSS de Barreiro de Besteiros, é utilizado o termo "elefante branco". Está escrito. Não sei o que se pretendia dizer, agora não se arremessem para terceiros.

Agora, não sabia que havia um MUAP moderado e um MUAP agressivo. Essa parte, de facto, é nova. É causa igual a um PS mais moderado ou a um Bloco mais extremista ou radical. Não sabia que havia dois MUAP's. Ficamos a saber que naquilo que nos interessa, somos moderados, naquilo que não nos interessa, são os outros que são radicais. A circunstância é muito simples, sobre isto, de facto, temos uma das águas mais caras. Um propósito é uma intenção. De facto, o nosso propósito só se concretiza no dia em que estiver um papel assinado. Agora, um propósito nestes termos, é algo que para nós não permite qualquer margem para vacilar. Este acordo é atingido no mínimo com 25%. Quando é perguntado: "qual é a proposta?". O que ouvi é que a proposta era sempre sobre a remoção da sobretaxa. Como se a sobretaxa por si só, garantisse a redução dos 25%. Já expliquei várias vezes, a sobretaxa não faz parte do tarifário. A sobretaxa é uma prerrogativa que a Associação de Municípios tem, hoje, se quisesse suspender. Queremos ir muito mais longe. A sobretaxa nunca garantiria mais do que 7 a 9% de redução do tarifário. A sobretaxa é uma receita da concedente e não da concessionária.

Depois houve, aqui, uma confusão de interpretação. Referi-me que o resgate é que tinha de ter um visto do Tribunal de Contas. Nunca disse que um acordo, por si só, tenha ou não de ter um visto do Tribunal de Contas. O acordo depende da amplitude e das variáveis que sejam chamadas para esse acordo. Sobre a questão do tarifário social, estamos de facto em condições de implementar esse tarifário. O tarifário vai se mexido, nos próximos meses. Ao mexer no tarifário, como o tarifário social está correlacionado com o tarifário global, por isso é que foi retirado da reunião de câmara, fui levado a concluir que estar a aprovar um tarifário social que daqui a dias seria mexido, porque o tarifário global terá implicações sobre esta questão, é um ato de alguma inocuidade.



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

O concurso de pessoal de assistentes operacionais está a desenvolver-se, onde estão os operadores das estações elevatórias, sem prejuízo do município recorrer a *outsorcing* se for necessário e para garantir maior celeridade.

Sobre a questão dos transportes das crianças: "a coisa não correu bem". A coisa correu muito bem. As crianças gostaram, acharam que foi uma iniciativa muito útil. Houve de facto um problema com o operador de transporte, que fez uma diferente comunicação interna e alguns circuitos, nomeadamente o de Campo de Besteiros, não permitiu, porque o autocarro teve um desfasamento. Os pais transportaram as suas crianças. No dia seguinte, o presidente da câmara explicou a razão aos pais, que compreenderam. A coisa não teria corrido bem, se não tivéssemos o sentido de humildade e de corrigir ou de explicar o que aconteceu. Fez-se a comunicação à empresa, que não percebeu e não cumpriu, de seguida efetuou-se a devida notificação. Mas o mais importante é que as crianças não foram prejudicadas.

"A oposição se estivesse calada, dava jeito". De facto, não. Gosto de ter oposição consistente, séria, credível, mas ao mesmo tempo capaz de confrontar o princípio da transparência. Quando temos aqui debates e se demonstra a quem levanta uma pergunta, que está errado e ao virarmos as costas faz publicar um texto como se não tivesse existido uma discussão e explicado qual a verdade. De facto, não é uma oposição séria e são vários os exemplos nas últimas semanas. Isso não é seriedade e eu por respeito à inteligência dos demais que aqui estão não irei contribuir para esse instrumento de promoção, porque não é correto.

Julgo ter respondido de forma global, sem, contudo, referir que temos tendência de responder áquilo que nos é questionado e não temos a tendência de criticar positivamente aquilo que também é dito. Agradeço os testemunhos feitos, acima de tudo sobre questões de liderança. Hoje, governar uma autarquia, implica, para além de um conjunto de características pessoais, trabalho, empenho e dedicação, implica de facto liderança. Se há uma coisa que nos deve a todos dar essa tranquilidade é saber que temos uma liderança, um rumo e que a 1 de outubro as pessoas farão a sua análise, a sua avaliação. Serei sempre feliz, porque estarei sempre bem com a minha consciência. Muito obrigado".



Sessão Ordinária 26-06-2017

(Ceculs)

Os membros Sandra Coimbra e Jorge Marques por motivos pessoais e profissionais ausentaram-se da sessão, sendo o segundo secretário substituído pelo membro Carlos Silva.

2.2 Análise, discussão e votação da 3ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e dezassete

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

"Esta é uma revisão que tem a ver com reafectação de alguns projetos, nomeadamente Frente Ribeirinha e Centro Tecnológico e de empreendedorismo. Estes projetos estavam na rubrica geral de "Estudos e consultadorias" e agora estão a ser afetos a "investimento", isto é, alocando-o como projeto dentro do projeto "Centro tecnológico". Foram também afetados os projetos de requalificação dos Parques Jerónimo Lacerda e do Sameiro, atendendo que têm financiamento comunitário, via ADICES, sendo a obra brevemente lançada. Foram igualmente, feitas algumas adequações em sede de ARU quer de Tondela, quer do Caramulo, que vão obrigar a estudos, projetos e consultadoria.

Bem sei que hoje, no final do dia, alguém dirá mais despesa em despesas corrente e não em investimento. Mas, de facto, hoje, governar implica projetar."

O membro Joaquim Santos interveio:

"Na mesma medida que o Partido Socialista se absteve no orçamento e nas outras revisões orçamentais, iremos também abster-nos. Acho que se as coisas fossem feitas com mais tempo e mais bem planeadas, escusávamos de estar a falar desta revisão orçamental. Muito obrigado."

Seguidamente, interveio o membro António Dinis:

"Senhor presidente, senhores vereadores, restantes membros desta assembleia.

Em relação a este ponto, o CDS irá votar favoravelmente. De uma forma geral não desvirtua aquilo que é a intenção de projetar e aí estamos de acordo. Lamentamos que tenhamos estado demasiado tempo a projetar e infelizmente, aquilo que temos dito, aqui, muitas vezes, em relação à falta de obra. Temos essa consciência e realidade e em relação





Sessão Ordinária 26-06-2017

a isso não podemos estar do lado quando se critica, porque não se faz nada e não votar favoravelmente, quando se faz alguma coisa.

Depois foi aqui efetuada algumas respostas a questões, nomeadamente os concursos do pessoal. Isto não é de agora. Para fazer um concurso de pessoal demorar este tempo todo, de duas uma e já o disse aqui, ou é irresponsabilidade ou é incompetência. Já o disse na última assembleia e hoje a resposta é a mesma. O senhor presidente diz que o concurso de pessoal está a desenvolver-se e com os problemas que temos nas ETAR's, continuamos nisto. Alguma razão, deveria dar à assembleia, porque esta perspetiva não chega. Já estive com o pelouro dos recursos humanos e é muito tempo para fazer um concurso.

Em relação à oposição séria e construtiva, já disse que temos opiniões diferentes em muitos assuntos e não costumo dizer, aqui, que a vossa posição não seja séria, nem são construtivos. Vocês têm um projeto, que em certa medida não cumpre, na nossa perspetiva, com as necessidades do concelho, por isso apresentamos um projeto alternativo. Em relação a dois mais dois serem quatro. Senhor presidente, vi, numa entrevista que deu a um jornal local, até final de maio apresentaria as linhas diretivas daquilo que seria o seu projeto e da sua equipa. Está lá escrito, não fui eu que inventei. Fomos criticados, nós CDS e também o PS, por fazermos apresentações às pinguinhas. Estamos a fazer o nosso trabalho, com as estratégias que definimos. Estamos todos, a preparar a equipa, a dar a cara e paulatinamente temos vindo a falar daquilo que são as nossas propostas. Senhor presidente, se eu ler o jornal de Tondela, está dito isso por si, que era até final de maio e estamos em final de junho. Nós, é às pinguinhas, é da maneira que for, é a estratégia de comunicação que definimos para esse processo. Não faço juízo de valores do trabalho dos outros, cada um tem a sua estratégia. Foi utilizada, na última assembleia, essa terminologia, é a nossa estratégia. Ressalto, aqui que no final de maio teríamos um conjunto de definições. Todos os jornais têm as suas fontes. Indiquei, há pouco outro jornal, que dizia que a redução da água já estava assumida, em 25%, todos vimos está escrito. Às vezes há jornais que nos dão mais jeito ler, outro não tanto. Nem sempre temos a mesma interpretação do bem e do mal, o professor Alfredo faz essa boa lição nesses domínios. A oposição tem o direito a ter perspetivas diferentes do desenvolvimento do concelho. Vamos apresentar-nos a votos, apresentámos a equipa que



Claub

Sessão Ordinária 26-06-2017

vai concorrer às próximas eleições para o executivo autárquico e a seu tempo iremos continuar esse trabalho. Agora, não fazemos aquilo que os outros partidos gostariam que nós fizéssemos. Esta é a nossa estratégia e não nos desviaremos dela."

Colocada a 3ª revisão à votação, foi aprovada por maioria com as abstenções dos membros: Joaquim Santos, Ana Rita Rosa, Jorge Batista, Marta Marques e Manuel Veiga. Votaram a favor os membros: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, Alfredo Cabral, Guilherme Duarte, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, José Hélder Viegas, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

O membro Manuel Veiga efetuou uma declaração de voto, afirmando que esta revisão não altera em nada, em termos orçamentais e reais. Mais afirmou que não havia nada favorável ou desfavorável.

2.3 Apreciação, discussão e votação do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Tondela e a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

O senhor presidente da Câmara interveio:

"O assunto foi remetido aos membros da assembleia, os pressupostos estão vincados."

O membro Joaquim Santos tomou da palavra:

"Este contrato é consequência da Lei 75/2013? Na verdade, não conheço em pormenor, o contrato que foi feito em 2011 ou 2012, com a Cespa. Mas por aquilo que parece é que é um contrato muito semelhante, talvez para pior, ao da água. Há pouco, disse, que quando foi feita a adenda ao contrato da água, previa-se que o número de consumidores fosse aumentando de ano para ano. Este contrato prevê a mesma coisa. Se calhar produzimos mais lixo, mas somos cada vez menos pessoas. Isto implicaria, que as câmaras municípios pertencente à Associação de Municípios, quer se produza lixo ou



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

não, teremos na mesma que o pagar. Tenho algumas dúvidas quando se fala na verba 34,88€, por cada tonelada, que cada município tem de suportar, pela recolha e transporte. Depois fala na manutenção dos contentores, desta forma queria saber se isto faz ou não parte do contrato da concessão. Seria bom, que aqui, fosse debatido como é que este contrato foi feito e quais são as vicissitudes que ele enferma. Não quero comprometerme, aqui, em ser conivente com algum valor que venha a pesar aos nossos munícipes. Todos sabemos, que neste momento, a recolha de lixo é um encargo para a câmara municipal de Tondela.

Na cláusula 7 alínea f) refere que "o município aceita aplicar a tarifa municipal relativa à prestação de serviços de gestão e resíduos, definida pelo segundo outorgante e igual para todos os municípios nos quais a AMRPB é responsável pela recolha de RSU, a qual deve permitir a recuperação tendencial dos custos decorrentes da provisão do respetivo prestado". Ora bem, que tenha conhecimento há uma grande disparidade entre as taxas de recolha que é cobrada aos produtores de lixo. Gostaria de saber, se esta cláusula é para ser aplicada ou não? Para que daqui a dois ou três anos, não se venha dizer que estamos a pagar a tal sobretaxa de concessão para pagar custos dos outros. Julgo, que o concelho de Tondela tem as contas em dia com o Planalto Beirão, mas não sei se todos o têm ou não. Mas o que é certo é que há pouco tempo atrás, muitos municípios não tinham essas contas em dia. Também quero perguntar, se são os consumidores de água das Águas do Planalto que vão suportar aquilo que os outros não pagam.

Como não conheço, como já disse, em pormenor, o contrato que foi feito e que concedeu esta recolha à Cespa, não posso votar favoravelmente, pelo que nos iremos abster."

O senhor presidente da câmara respondeu:

"Recomendo que vejam o Decreto-Lei 149/2009, porque veio regular o funcionamento dos sistemas de água, de resíduos e saneamento. Esta legislação diz que os sistemas de água, resíduos e saneamento devem ter uma dupla componente: tarifa fixa e tarifa variável. Ora, no município de Tondela nos resíduos não temos nenhuma adequação deste tipo de tarifário. Como sabemos temos um valor determinado por recomendação da Associação de Municípios, de 3,5€ por agregado familiar e por



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

consumo médio de água de 10m3. A parir daí tem uma imputação relativa. Esta recomendação foi feita genericamente aos diferentes municípios. A grande maioria aplica este valor. Mas este valor, para sermos claros, não respeita integralmente o referido Decreto-Lei, porque não tem a componente fixa e uma variável.

O que está em cima da mesa, é uma coisa diferente. Todos os municípios fizeram uma delegação de competências para a Associação de Municípios e a ERSAR entende que deve ter um contrato de delegação de competências formalizado, nos termos em que aqui está. Dito isto, não confundamos o contrato de delegação de competência dos municípios na Associação do Planalto Beirão, e é isto que está em causa, com o resultado de um concurso público feito em 2013, sobre a entidade que faz a recolha dos resíduos na esfera do Planalto Beirão. São coisas diferentes.

O documento que está aqui, é um documento que tem por base o citado Decreto-Lei. A ERSAR tem um entendimento que a tarifa de RSU á câmara, via fatura da água, deveria ter um serviço emissor não a câmara, mas a Associação de Municípios. Porque a partir do momento que o serviço foi transferido por delegação de competências para a Associação de Municípios, deveria ser esta última a efetuar a cobrança do tarifário, de acordo com as recomendações do Tribunal de Contas, da ERSAR e tendencialmente próximo do utilizador/pagador. Os municípios a terem uma comparticipação, esta seria feita diretamente pela prestação de serviços.

Hoje, o contrato que a Associação de Municípios tem com o prestador de serviços diz que deve ter uma média de 120 000 toneladas /ano. Mas, os instrumentos são dinâmicos, se lermos os objetivos do POSEUR para os resíduos, dizem que a deposição em cela em 2020 deve baixar para um valor que seja menos de metade do que hoje é depositado em cela. Hoje, para além daquilo que cobramos na recolha que aqui vem, também é cobrada uma TGR (taxa de gestão de resíduos), cujo valor não é definido pela Associação de Municípios, mas sim pelo Estado Português. A TGR este ano, aproximase de 7€ por tonelada que é depositada, não é por aquilo que entra no aterro, se for centrada e valorizada não paga TGR. Mas se ao entrar, não for valorizada e for deposta em cela, ou seja, enterrada, paga os valores referidos. Todos os estudos apontam para que em 2020 este valor mais do que duplique. Estou a alertar para isto, porque o Decreto-Lei referido



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

aponta cada vez mais para a sustentabilidade dos sistemas. A ideia de se defender que se deve reduzir a tarifa de RSU para metade de toda a gente, já ouvi essa proposta, a ideia que se deve reduzir em 50% a taxa de águas residuais, já ouvi essa proposta. São ideias que não podem passar, porque o Tribunal de Contas e a ERSAR não validam essa proposta, porque está a ferir o princípio da sustentabilidade. Agora, falando em sustentabilidade, não quer dizer que o custo deve ir todo para cima dos munícipes, porque vamos ser responsáveis na gestão.

O desafio após outubro deste ano e para quem estiver na Associação de Municípios é caminhar no sentido de diminuir cada vez mais a deposição de resíduos em cela, senão qualquer dia é mais cara a TGR do que a recolha. Deste modo, temos de caminhar para a valorização orgânica, por isso a CVR está a funcionar, valorizar a triagem mecânica, porque dentro dos resíduos indiferenciados vão plásticos, vidros, etc. O contrato vai ter um aditamento, por força das normas que têm de se tomar para diminuir a deposição.

O documento que vem, hoje, à assembleia municipal não é o contrato entre a Associação de Municípios e a Ferrovial. O que aqui está é a regulação do município com a Associação de Municípios, para sua vez ser esta última a entidade gestora. Prende-se com a necessidade de adequar de acordo com a legislação e da delegação de competências, a não ser que queiramos chamar a nós o tratamento dos resíduos.

O contrato que foi elaborado em 2013, é sobre a recolha. O tratamento está na esfera da Ecobeirão, pelo que não está sujeito às condições contratuais de 2013, mas sim de 1997. A Ecobeirão é uma sociedade mista que tem 80% de capital público, sendo 72% da Associação de Municípios e 8% estão divididos por 4 municípios, Tondela, Carregal do Sal, Mortágua e Santa Comba Dão, e os outros 20% à época da Cespa e que depois foi transferido para a Ferrovial."

O membro Manuel Veiga questionou o senhor presidente da câmara se futuramente não haverá dificuldades em negociar contratos que venham a existir ou renegociar o vigente.

O membro Joaquim Santos voltou ao debate:



Sessão Ordinária 26-06-2017

"É ou não verdade que os municípios que integram o Planalto Beirão praticam preços diferentes? E isto vai ser para cumprir ou não? Atendendo que na cláusula 7, diz: "O Município aceita aplicar a tarifa municipal relativa à prestação de serviços de gestão de resíduos, definida pelo segundo e igual, para todos os municípios." É a taxa que cada um paga ou a taxa que cada um cobra aos munícipes? Porque senão estamos a cair naquilo que eu disse, há municípios que cobram 1€ ou menos e de seguida não pagam ao Planalto Beirão e andamos nós a pagar.

A vantagem deste contrato em relação ao da água, é que pelo menos este veio à assembleia municipal e o da água não veio. Mesmo assim, pelo facto de vir cá, não quer dizer que eu esteja de acordo com ele. Continuo sem perceber se os municípios ao aprovarem isto, se vão ou não refletir essa taxa nos munícipes? Independentemente de eu aceitar que há sempre um custo para o próprio município, porque nem todas as pessoas que produzem lixo pagam, há inclusivamente pessoas que vão às Águas do Planalto e não pagam as tarifas que lhes são imputadas na fatura e a empresa, de seguida, não comunica à câmara quem não paga. Não há uma fiscalização efetiva, sobretudo eficaz sobre os não pagadores.

No contrato, é indicado que o Planalto Beirão fornece ao município mapas mensais de acompanhamento, isso já existe ou não? Ou se aprova algo que é para cumprir por todos ou então não vale a pena estarmos com fantasias. Não é só delegar. Temos de delegar, mas sabendo o que se delega.

Li há uns anos o contrato elaborado com a Ferrovial que faz a recolha do lixo. O tratamento é a Ecobeirão. O senhor acabou por dizer que qualquer dia pagamos mais pela TGR do que depósito. Mas, não vejo o Planalto Beirão preocupado em espalhar mais ecopontos, visto não haver muitos e muitas das vezes estão cheios.

Tenho muitas dúvidas e só com uma leitura mais atenta do contrato que existe é que posso tomar uma votação consciente. Muito obrigado."

O membro Felisberto Figueiredo interveio, de seguida:

"Aproveito para saudar todos os presentes. Em relação à delegação de competências não tenho dúvidas nenhumas. Mas, na sequência do que dizia o Joaquim



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

Santos, desde há muito tempo, me inquieta a forma como é gerida a recolha, a deposição e triagem do lixo. Há muito lixo que não tinha necessidade de ser colocado no aterro sanitário, sendo nós um meio maioritariamente rural, poderia haver aproveitamento para compostagem, acabando por haver custos elevado e se não for convertido originará custos ainda maiores. Não sei se não se deveria pensar numa compensação para quem faz reciclagem. Se houvesse uma compensação ao nível do associativismo local ou para IPSS, criando uma mentalidade nas escolas e reduzindo a nossa taxa de pagamento que é efetivamente cara."

O membro António Dinis tomou da palavra:

"Em relação a este ponto, naturalmente acompanhamos algumas das preocupações, aqui, manifestadas e estaremos cá, tal como o próprio município para fazer este devido acompanhamento. Iremos votar favoravelmente.

De qualquer das formas, partilho o que foi dito pelo Dr. Felisberto e em particular o cidadão comum não tem noção dos valores, mas quando solicitamos para colocar mais caixotes do lixo em determinados pontos, haver reforço da capacidade, é o município que vai suportar esse encargo. Se calhar as pessoas desconhecem o encargo que está imputado ao reporem ou colocarem caixotes do lixo."

O membro Manuel Veiga voltou ao debate:

"Só para clarificar, porque persiste-me uma dúvida, quando foi a questão da água, e não estamos a voltar atrás nem a misturar assuntos, temos é de utilizar a memória e aquilo que correu menos bem para fazermos bem ou melhor as outras coisas para a frente. Se bem me lembro houve delegação de competências da água. A questão da água é uma Parceria Publico Privada e o problema que agora temos. O que não quero que aconteça é que haja delegação de competências para depois haver uma Parceria Publico Privada, onde o concelho e a assembleia nada tenham a dizer. Esta coisa de os preços serem iguais para todos os concelhos, também me atormenta um bocado, porque não deixa liberdade aos concelhos para fazerem a gestão das suas próprias coisas. Sempre fiz a separação do lixo e não é algo que as pessoas não tenham consciência, ela existe, às vezes não é facilitada. Os ecopontos não abundam nas zonas limítrofes da cidade."



Sessão Ordinária 26-06-2017

Cados

O senhor presidente respondeu:

"O que está aqui em causa, na cláusula 1, refere que:" O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal na Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, em matéria de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos indiferenciados em todo o território do Município." O que está em causa é a recolha e transporte, porque o tratamento já está na esfera da Ecobeirão. A discussão efetuada sobre a valorização de resíduos não está aqui contemplada. O que está aqui em causa é se queremos que a Associação de Municípios faça a recolha e transporte ou se, como em alguns Concelhos, a recolha é feita pelo município, que depois coloca noutra estação de transferência e só depois é que a Associação faz o tratamento. Tudo o demais merece reflexão, mas não é o que está aqui em causa.

Há cerca de duas assembleias atrás, trouxemos um mapa comparativo à escala dos 14 municípios da CIM, depois dos 19 da Associação de Municípios e de seguida de 4 municípios que não sendo da CIM, nem da Associação de Municípios, eram equivalentes, em que comparámos numa relação de 10m3, os diferentes custos de resíduos e de saneamento. A média da Associação de Municípios ronda entre os 3€ e os 3,5€. Qualquer município que venha a criar a sua estrutura de tarifário tem de a tornar tendencialmente sustentável.

A Associação de Municípios emite todos os meses uma fatura para cada município correspondente às toneladas de resíduos recolhidos, transformados ou tratados. Todos os camiões têm, hoje, um GPS. Há zonas de fronteiras, que são consideradas zonas cinzentas, atendendo que o mesmo circuito pode apanhar localidades de dois concelhos, nesses casos é feito o método de imputação direta de residentes de um lado e de residente do outro. Cada município recebe a sua fatura e se se atrasar no seu pagamento são-lhe imputados juros por atrasos de pagamento. Por razões, que não quero que façam leituras políticas disso, a situação económica de Santa Comba Dão não é a mais favorável, é o município que tem a maior dívida vencida não paga. Depois estava acompanhado pelo município de S. Pedro do Sul, que fez um esforço para liquidar a sua faturação. Cada um paga a recolha dos seus resíduos e se tem dívida é aplicado juros sobre essa dívida.



Sessão Ordinária 26-06-2017

Em Tondela, não acredito que haja alguém que esteja a mais de 500m de um ecoponto, exceto zonas limítrofes. O que está definido na Lei, é para uma população de 500 pessoas deve existir um ecoponto. A Associação de Municípios constituiu uma candidatura aprovada no POSEUR, que teve o maior financiamento do país, que vai duplicar o número de ecopontos de recolha seletiva e de camiões de recolha seletiva. Passaremos a ter 14 camiões em recolha seletiva para os 19 municípios. Iremos instalar oleões nos municípios e também existirá uma campanha de sensibilização. Há um problema de sensibilização, de educação.

O que aqui está é uma delegação de competências para a recolha de lixo indiferenciado."

Colocado à votação o contrato de delegação de competências foi aprovado por maioria com o voto contra do membro: Manuel Veiga, as abstenções dos membros: Joaquim Santos, Ana Rita Rosa, Jorge Batista e Marta Marques. Votaram a favor os membros: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, Alfredo Cabral, Guilherme Duarte, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, José Hélder Viegas, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

2.4 Análise, discussão e votação do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Caparrosa e Silvares

Não havendo intervenção o contrato interadministrativo de delegação de competência foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Ana Rita Rosa, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, Marta Marques, Alfredo Cabral, Guilherme Duarte, Manuel Veiga, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando



Sessão Ordinária 26-06-2017

Cados

Laranjeira, José Hélder Viegas, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

2.5 Apreciação discussão e votação do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho

Não havendo intervenção o contrato interadministrativo de delegação de competência foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Ana Rita Rosa, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, Marta Marques, Alfredo Cabral, Guilherme Duarte, Manuel Veiga, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, José Hélder Viegas, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

2.6. Outros assuntos de interesse para o Concelho

Iniciou o ponto o membro Joaquim Santos:

"Antes de falar sobre a questão da água, quero responder à senhora deputada Cristiana à pergunta que me fez e à resposta que já lhe dei, hà cerca de dois meses atrás, a propósito da possibilidade do senhor Dr. Cílio Correia se tivesse sido eleito presidente da câmara municipal, o MUAP também teria existido. O MUAP nasceu de uma iniciativa de várias pessoas do PS e de outros quadrantes. Se não há ninguém do PSD, a culpa não é nossa. É um movimento aberto que nunca rejeito a entrada de ninguém.

Também, queria dizer ao senhor presidente, que se deita muito a adivinhar as tais fontes, que não é tão linear como o senhor diz. Mas quero dizer-lhe que eu disse muito claramente que a delegação de competências era sua. O senhor empenhou-se e fez o seu papel em dois projetos seus. Agora, não teve tempo foi para olhar outros assuntos, concretamente para a minha freguesia e para outras, o que levou a uma espécie de *status*



Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

quo de fer niente nalgumas situações, nalguns serviços da câmara municipal de Tondela. Já que voltamos a falar do cemitério de Vilar de Besteiros, o senhor sabe que nenhuma autarquia pode gastar um cêntimo numa obra que não seja sua propriedade. O que é certo é que em Vilar de Besteiros se fez, num terreno que ainda hoje é do proprietário, que até disse que se sabia para que era aquele terreno nunca o teria vendido. Não foi só o cemitério, foi também o pavilhão e foi feito em Zona de Reserva Agrícola. O que também é grave. Sabe, porque é que ainda não foi feita a escritura em nome da Junta de Freguesia? Já fizemos algumas, mas ainda temos algumas para fazer, porque as pessoas não fazem as coisas certas nas horas certas. Já pedi, há muito tempo à Câmara Municipal o apoio do serviço de topografia e têm sempre muito que fazer. Já lhe pedi várias vezes isso. Inclusive para terrenos junto à 627 e noutros locais, onde pessoas cederam e venderam terrenos. As pessoas ainda estão a pagar IMI desses terrenos. A questão do cemitério, não é tão linear como o senhor pensa. O senhor levou lá uma empresa, que trabalha muito barata, acho que é a empresa Irmãos Almeida Cabral, para quando tiver uma obra maior para fazer, atendendo que trabalham muito barato. O que está em causa, como já lhe disse no outro dia, ou não entendeu bem o que diz o relatório da CCDRC ou então estamos a brincar com isto. A CCDR diz que até 2 m de profundidade tem de tirar toda a pedra que lá existe. Isso implica o levantamento e retirada de cerca de 4 000 toneladas de terra, daquele cemitério. Foi terra que foi para lá levada com lixo. Andámos lá a fazer buracos, está cheia de lixo. Não é peneira-la que se vai resolver o problema. Nem pode ser só fazer em metade do cemitério, tem de ser no cemitério todo. Não podemos andar a fazer as coisas às pinguinhas. Ou fazemos as coisas bem-feitas ou mais vale estarmos quietos. A drenagem das águas pluviais, não é cá fora como o senhor disse, é lá dentro. Essas águas provenientes do cemitério, a um metro de profundidade após um mês de ter chovido, nascia lá água. Ao fim de 5 minutos tinha mais de 20cm3 de água. Não podem essas águas, irem para as águas pluviais. Se o senhor assumir essa responsabilidade. Tem de levar uma fossa cética, que tem de ser limpa todos os dias quando chover. Tem de colocar aos 12 000€, esses custos acrescidos. Tem, igualmente, que fazer o levantamento, para que se possa colocar aquilo para nome da junta. Aquilo pode ter outra utilidade, mas não será ali gasto nenhum dinheiro sem que esteja na posse da junta. Ou o senhor assume um compromisso connosco ou então teremos de demorar mais algum tempo para termos





Sessão Ordinária 26-06-2017

dinheiro a fim de podermos contratar uma entidade que faça esse levantamento. Se houver recursos disponíveis na Câmara Municipal, não tenho nada que usar terceiros. A Câmara Municipal tem obrigação de colaborar com a Junta de Freguesia. Agora, faz aquilo que quiser, tem é de dar-nos uma resposta. Apesar de já o ter alertado, foi lá com a empresa Almeida Cabral, que é tão eficiente e que dá orçamentos tão baratos, está há um mês para dar um orçamento. Vamos ter uma assembleia de freguesia, na próxima quinta-feira, porque não fazemos nada sem que esteja orçamentado. Se houver um protocolo, não o vamos executar sem que esteja no nosso orçamento. Não queremos cometer essa veleidade, nem essa ilegalidade. Andamos é aqui a empatar. Diga-nos que não há nada, mas assuma, não ande é a empatar-nos.

Quanto à questão da água, o senhor contou uma história que é muito bonita e que foi contada hoje de manhã. Disseram que houve uma candidatura ao FEDER de cerca de 26 milhões de euros, em que tinha sida aprovada em 80%. O que é certo é que esse dinheiro se atrasou ou não, mas mesmo naquela altura, acho muito esquisito como é que se tem encargos de 7 milhões de euros em juros e outros, como aqui disse. Mesmo que tivessem, de quem foi a culpa? De quem não pagou. Mas o que é certo, é que as pessoas vieram desfraldar a bandeira, em 2010. Disseram: "que os municípios tinham pago 20% da obra, obra que custou 40 milhões de euros". Gostava de saber para onde foi parar esses 40 milhões de euros. Isto é a mesma coisa que foi parar a sítios semelhantes, que foi parar a um monstro que temos ao nosso lado, monstro devedor de dinheiro, que se chama Parque Urbano. Em que a câmara municipal, em dois anos, paga o que aquilo custou. As contas estão á vista de toda a gente. É uma obra de cerca de 900 000€, pagamos cerca de 480 000€ por ano. Agora, pergunto para onde vão as restantes18 rendas vezes os 12 meses anuais. Para onde vai esse dinheiro? Com que destino? Não digo que alguém o meteu ao bolso. Agora andaram foi a fazer propaganda com isso. Na água foi também o que tentei dizer e não me deixaram acabar de explicar. Com a desculpa de tapar um buraco, atendendo que passou um tubo, foram alcatroadas estradas que estavam ao lado. A responsabilidade da distribuição em baixa, é das câmaras municipais e não do Planalto Beirão. Nós já pagamos com os nossos impostos e houve fundos comunitários para isso para implantarmos redes de abastecimento de água, por este concelho fora. Não soubemos aproveitar. Agora, faço umas coisas, não a aproveitei, mas faz-se na mesma e quem vier



light 17 Ados

Sessão Ordinária 26-06-2017

a seguir que "apague a luz e feche a porta". É isso que aconteceu. A barragem começou a ser feita e parou a meio, porque não havia dinheiro, mas não foi pelo custo da barragem, porque custou cerca de um milhão e setecentos mil euros. Onde se gastou o dinheiro? E onde foram gastou os 22 250 000€? Foi em depósitos? Alguns, mas outros já existiam. Todos os concelhos já tinham praticamente água. Alguns foram até indevidamente usurpados das freguesias, como aconteceu na minha freguesia. Sem perguntar a ninguém, ficaram com o depósito da água. Agora precisamos dele para um fontenário e não temos depósito, mas isso é outra coisa que é só connosco e vai dar muito gozo resolver este problema. Andaram a esbanjar, "era o tempo das vacas gordas". O que é certo é que mal vieram esses 22 250 000€, que é praticamente o dinheiro anual do orçamento do nosso município, os municípios reclamaram o valor por já o terem gasto. Mas em quê? Se ninguém pagou. Este processo requer uma investigação judicial. É o que este processo das águas merece e tem de ser feito. É isso que o MUAP defende.

Em relação à adenda, nunca dissemos que era ilegal. Queremos é que se averigue se há ou não legitimidade e legalidade naquela adenda que possa levar à anulação do contrato. E se for anulado? Se for anulado, terão de chamar á responsabilidade quem assinou aquele contrato. Temos de pagar? Pois temos de pagar, mas não vamos pagar os 22 250 000€. Que cada município pague um milhão e meio de euros, que foi buscar indevidamente, ficam dezasseis milhões. Mas se há uma ilegalidade, porque as coisas não são tão lineares como o senhor presidente disse, e se há culpa de quem assinou de ambas as partes, também houve lucros durante este tempo todo. Se houve lucros, tem de ser diminuídos. Os lucros que aparecem, são lucros deste ano e que foram perto de dois milhões de euros. Mas, são lucros líquidos, porque os resultados operacionais, que é uma grande diferença entre resultados líquidos e resultados operacionais. Os resultados operacionais das Águas do Planalto de 2014 e de 2015 foram à volta de cinco milhões de euros. Para que serve este dinheiro? Um deles é para pagar o empréstimo que fez. Não é com os dois milhões líquidos que vão pagar o empréstimo. Já está livre de qualquer ónus ou encargo. O que é diferente. Feitas as contas, eu fi-las, só para terem uma ideia, imaginei que uma pessoa mantinha o consumo que tem agora, mas de forma consciente, porque se as pessoas soubessem que a água era à borla passariam a estragar água. Se as Águas do Planalto agora passassem a fornecer água gratuitamente, no final do ano ainda



Cleur 1-Cados

Sessão Ordinária 26-06-2017

apresentava lucros. É disto que estamos a falar. O que foi feito agora pelo Conselho Executivo do Planalto Beirão é uma operação de marketing, porque estamos próximos das eleições. O senhor presidente, ainda há pouco tempo, disse que a cláusula de rescisão, era de 40 milhões de euros e depois quer comparar isto a outras concessões que há e que foram denunciadas. É diferente, eles não tiveram nenhuma adenda. Fizeram uma coisa igual à do lixo, isto é, cada vez tem de haver mais consumidores. Aqui, o que está em causa é a adenda. O contrato inicial era um contrato normal. Toda a gente estava contente e feliz com o que pagava de água, praticamente não se notava que vinha a conta no final do mês. A partir de 2010, e foi quando levantámos o problema, foi quando começaram a refletir enormemente esses custos. Acho que é uma hipocrisia estarmos a pagar a sobretaxa de concessão, que ninguém conseguiu explicar. Andamos a pagá-la todos os anos, mas parece que deve haver algum buraco sem fundo no Planalto Beirão, em que entra por um lado e sai por outro, desaparece. Eram 4 milhões e continuamos a dever os 4 milhões. Para onde vai o dinheiro dos consumidores? Ficamos muito satisfeitos que haja pelo menos essa tentativa, é sinal que tínhamos razão em relação à baixa, mas isso não resolve o problema. Só alerto, que ao fazerem esta negociação estão a por em causa qualquer decisão do Tribunal que venha a própria causa da legalidade da adenda. É reconhecer a legalidade da adenda."

O membro António Dinis interveio, de seguida:

"Vou ser breve nas questões, a primeira tem a ver com a proposta de recomendação que o CDS fez.

A segunda situação tem a ver com o tal elefante, que não sabem se é branco ou azul. Não tenho a ideia de qual é a cor, mas é uma questão de passar pela estrada, que o vê do seu lado esquerdo quando vem do Barreiro de Besteiros para Tondela. Mas percebe que é em sentido figurado, quando falo em elefante branco.

O último ponto tem a ver com a marcação das vias. Trouxe esse assunto, porque uma altura quando vim do aeroporto à noite, não conseguia ver convenientemente as margens, limitadoras das bermas e do eixo da via, em Caparrosa. Há época, o senhor presidente disse que era naquela estrada, mas que no concelho em geral não estava assim. Recentemente, vim do lado de Parada de Gonta e verifiquei que a estava sem marcação.



Infelizmente, não é um caso único, acho que deve ser prioritário, porque é a segurança de

quem passa nestas vias, é sem dúvida alguma, relevante.

Sessão Ordinária 26-06-2017

Sobre a água, a questão da sobretaxa, já trouxemos este assunto aqui. Questionei a fundamentação da sobretaxa, há muito tempo. As contas que o Joaquim, mais ou menos alinhavou, foram que são cerca de 30 000 utilizadores de água, que possam pagar cerca de 20€, que pagam por ano, são cerca de 600 000€. Se multiplicarmos por 10 anos, resulta em mais de 6 milhões de euros. Não percebo também, como é que todos os anos, as contas estão nos 4 milhões para pagar. Tenho essa dificuldade em perceber, mas se calhar é um problema meu, por não percebo estas contas. Já tinha dito, que a fundamentação para a sobretaxa eram os encargos financeiros, em particular as Euribor e os Spreads. Se esses valores são negativos, não compreendo e em aceitar que se pague a sobretaxa. Só essa redução, senhor presidente, seria na prática cerca de 8 a 10%, o que significa um mês de poupança. Para pessoas que tenham rendimentos baixos e que pagam com alguma dificuldade este encargo, seria certamente um alívio. Temos defendido e há muito tempo, uma redução, porque não faz sentido nenhum que tenhamos das águas mais caras, tal como o senhor presidente disse não é a mais cara, mas é das mais caras do país."

O membro Felisberto Figueiredo tomou da palavra:

"Só uma tentativa de acréscimo àquilo que o Joaquim Santos referiu, ma questão da Parceria Público Privada do Parque e dos pavilhões. Não tenho a certeza do voto que fiz na altura, se me abstive ou se votei a favor, mas é provável que me tenha abstido, porque efetivamente não gostei daquela Parceria. Sempre entendi e continuo a entender que as Parcerias Público Privadas são um sorvedouro de dinheiro público, que deveria ser evitado.

Só queria lembrar o Joaquim Santos que aquela Parceria Público Privada que foi celebrada na altura, foi obrigatória, a Câmara não tinha possibilidades de aceder ao financiamento comunitário. Não havia verbas que pudessem ser utilizadas, pelo município em candidatura própria para fazer aquele tipo de obra. Como ainda hoje acontece em relação a outras áreas. Naquela altura, o governo impos aos municípios que aquele tipo de obras só poderia ser feito em Parceria Público Privadas. Foi o que aconteceu com aquilo, foi o que aconteceu com a Parque Escolar e muitas outras obras.



Carlos

Sessão Ordinária 26-06-2017

Recordo-me da intervenção que aqui fiz, por causa da Parque Escolar, até disse que o responsável daquilo era especialista em rede subterrâneas, como professor universitário. Está a prova de como foi a desgraça de todas as Parcerias Público Privadas. Não excluo nenhuma. Nem as que foram feitas no tempo de Partido Socialista, nem as que foram feitas no tempo do PSD ou do PSD e do CDS. Todas são sempre feitas para os privados se apropriarem do Estado. Infelizmente, temos neste país, os donos disto tudo a dominarem nas decisões não só as que são ao nível dos governos nacionais, como e sobretudo no centro das decisões da Comunidade Europeia."

O membro Manuel Veiga interveio:

"Mais uma vez boa tarde. Retiram-me uma parte daquilo que eu ia dizer. Não estaríamos a discutir tanto se não tivessem existido essas malfadadas Parcerias Público Privadas. Mas não esquecer que a opção de correr a elas e a fundos comunitários e não a fundos próprios, é sempre uma opção do executivo. Se vissem que em termos de contas havia prejuízos, deveriam ter visto que era uma má opção.

Em relação à marcação de estrada, concordo. Mas também em relação à iluminação, há zonas e cruzamentos onde não há iluminação, o que dificulta e em termos de segurança se torna perigoso. Há igualmente, passadeiras que não têm iluminação. Há um caso no meio da cidade, em que está escura, sendo perigoso para os peões que atravessam a via."

O membro Joaquim Santos interveio:

"Só para esclarecer o senhor deputado Felisberto Figueiredo que nenhuma autarquia foi obrigada a fazer Parcerias Público Privadas. Se tivesse dinheiro fazia as obras. Não tinham não as faziam. O não ter possibilidade de pedir empréstimos não é justificação para tudo. O que foi feito aqui, se tivesse esperado mais um ano, tinha sido financiado com 90%, como aconteceu à 2ª fase do Parque Urbano. Só que a gula eleitoral, porque havia eleições em outubro de 2009, fez com que aquilo fosse feito á pressa. Não está, aqui, em causa as PPP, eu não inviabilizo as PPP, nem as empresas privadas. As empresas privadas são necessárias para produzir riqueza, pagar impostos, etc. Todos os governos fizeram PPP, exceto o PCP, porque nunca esteve no governo. Não está nada, mas que esteja, é uma geringonça, mas ainda bem, porque serve de consciência ao meu



Sessão Ordinária 26-06-2017

Cados

partido, senão era uma desgraça. Sou socialista, mas sei reconhecer as coisas. O que está em causa em concreto, foram as PPP que foram feitas em Tondela. Dizia-se que cada euro gasto iria custar três. Muito bem, só as fez quem quis. Agora, as de Tondela cada euro vai custar dez euros. Para onde foram os outros sete? Isso é que é grave. Isso é que tem de ser investigado, aliás está a ser investigado. Oxalá que rápido e em boas horas se encontrem os culpados."

O senhor presidente da Câmara respondeu:

"O deputado Joaquim Santos teve aqui um ímpeto de decalque, mas disse algumas imprecisões, mais do que imprecisões, algumas falsas precisões. Vou ler esta ata com cuidado, porque dizer que os resultados operacionais da empresa são cinco milhões de euros, dizer que se fornecesse a água que é servida gratuitamente, ainda continuaria a ter lucro. Acho que há um conjunto de questões, que entram no ridículo. Não me leve a mal, mas não vou discutir consigo essa questão. No dia em que quiser, neste ou noutro fórum, teremos os técnicos necessários para o fazer. Mas de facto, não podemos lançar para o ar frases feitas, do género dos lucros operacionais e que há um lucro de dois milhões de euros no ano passado. Eu ouvi o que disse. Há um conjunto de barbaridades que não podem ser ditas de forma leviana. A não ser que entramos no campo em que diga aquilo que me apetecer. Mas, como sou responsável, não vou por esse caminho.

É bom não confundir as coisas. Ninguém se apropriou ou usurpou um dito reservatório. Está mais do que demonstrado, que todos os bens ativos que o município à altura tinha, como seus ou sob a sua gestão, transferiram-se para a gestão da concessão. No caso concreto desse reservatório, já tive o cuidado de perguntar àquele na altura era chefe de divisão ou responsável, Eng.º Narciso Matias, que de facto este reservatório foi construído nos anos 90, pela câmara municipal. É bom clarificar isso. Estou farto de questõezinhas, que não ajudam em nada. Como não vou discutir de novo a questão do cemitério. Fique com esta convicção, há um valor que está identificado e que permite satisfazer às observações feitas por parte dos serviços de Viseu da CCDRC. Os drenos onde têm de ser ligados, não vou discutir mais isso. As suas contas já se demonstram como são feitas, 1 000 m2 a 2 m de profundidade a mim dá-me 2 000 m3, a si dá-lhe 4 000 m3. Há coisas que não valem a pena discutir.



(Cent

Sessão Ordinária 26-06-2017

Não vou agui discutir questões de Parque Urbano, de Parcerias Público Privadas. Não sei onde foi buscar a ideia que tinha 90% de financiamento. Daqui a pouco tinha 110% de financiamento. 90%? Vou dizer-lhe outra vez a mesma história, uma coisa é o acelerador de investimento, na altura o investimento era de 85%. Não vou discutir novamente essa situação. Como todos sabemos, se há uma investigação judicial sobre esse sistema. das duas uma, ou queremos respeitar a decisão dos órgãos, a sua investigação e a condução normal que devem ter, ou cada um quer fazer a sua campanha à conta do que acha que gastou, se custou 3 milhões ou outro valo. Se queremos ir por aí, cada um siga o seu caminho. Esse não é o meu caminho. Respeitarei todas as investigações pelos órgãos competentes, pelo apuramento das responsabilidades de todos os órgãos e de todas as pessoas envolvidas. Estou tranquilo com essa questão e não quero, nem me vou envolver nessa confusão. Mas, sobre a questão da água, há uma questão importante, é que dá impressão que as verdades e as defesas são propriedade reservada e exclusiva de alguém. Há alguém aqui nesta assembleia, durante estes três anos, que não tenha defendido que é desejável atingir uma redução do preço da água e do seu tarifário? O que divergimos, foi das consequências ou dos caminhos a tomar para lá chegar. Esta de dizer: "eu ando a falar nisto", "eu tenho razão"," eu defendi a baixa do preço". Estão a falar para quem? Para mim? Se querem fazer politização, este não é o palco para isto. De facto, ninguém aqui, não defendeu que se caminhasse para um caminho que levasse à redução do preço do tarifário. Onde divergimos é no método para lá chegar. O MUAP defende a ilegalidade. Hoje, veio aqui com alguma subversão da questão, já não é ilegalidade. O MUAP defende a ilegalidade do aditamento. Os senhores defendem a ilegalidade do aditamento. É isto que está em causa. Terei o cuidado de lhe fazer chegar, para conhecimento, o comunicado do MUAP, onde se defende a ilegalidade do aditamento. Agora, a nova versão é ainda mais habilidosa, que no fim já em desespero de causa, que é "isto pode por em causa a legalidade da decisão judicial". Esta é fantástica. Hoje, levo daqui um compêndio bastante enriquecido. Estou desde a primeira hora a dizer para que os tribunais decidam. Tenho uma convicção enormíssima, não por fé, mas pelos documentos jurídicos que foram preparados devidamente, que não é plausível que se encontre à data de 2007, matérias que levem a anulabilidade, nulidades ou enfermidades no processo. Mas, também, já o disse, que posso ter 90% de pareceres a dizerem num



Sessão Ordinária 26-06-2017

sentido e o tribunal decidir noutro. Já o disse várias vezes. Agora, o expoente máximo, é dizer que esta proposta pode por em causa a decisão ou a legalidade da decisão do tribunal. Esta hoje, realmente, encheu-me as medidas e reconheço que vou daqui a compreender bem esta questão.

É bom dizer o seguinte, nesta operação não está em causa tão só reduzir a sobretaxa. Isso era a questão mais simples. Estamos a ir a muitas outras variáveis, que cumulativamente e juntas atingirão no mínimo os 25%. Se houver alguém que tenha um modelo mais eficaz e mais vantajoso para os munícipes, que diga qual é esse modelo. Este deu muito trabalho e dará muito trabalho para o fechar. Os dados são estes e as questões são estas.

Se há suspeições, façam as devidas participações. O Ministério Público parece que tem todos os dias disponibilidades para pegar em casos destes, porque é que não há-de pegar em mais um? Há quem suspeite que a obra de todo o sistema em alta não terá custado 40 milhões, mas que se fizeram outras obras que nada tinham a ver com essa situação? Acho que não há nada como, a bem da transparência, se façam as devidas peças para demonstrar aos órgãos em causa. Já expliquei, há pouco, todas as questões donde surgiram os diferenciais. Que os juros não custaram 6 milhões, há dúvidas? Não estava na gestão, nenhum de nós lá estava, mas não me leva a por em causa os números que me são presentes. Tomo-os como verdadeiros. Não sou a entidade fiscalizadora de contas. Esta questão que fique clara e não quero com isto ter mais dúvidas, nem questões sobre estas.

Outra vez a questão de elefantes ou não elefantes. Não estive aqui a criar nenhuma situação, limitei-me a constatar que numa dita comunicação se dizia o seguinte: "é preciso ir mais além, é necessário preparar um projeto da IPSS da Lajeosa. Para asneira no concelho de Tondela, já nos chega o Centro Social de Barreiro de Besteiros, um elefante branco, que deve envergonhar esses decisores e autarcas". "Esses", quem? Só peguei nisso. Foi só isso que quis registar, nada mais.

Proposta de recomendação ao município, é uma proposta de recomendação. O presidente de câmara gere um órgão colegial, a seu tempo avaliará as questões devidas e



Sessão Ordinária 26-06-2017

os termos em que sejam, a importância da circunstância e o impacto financeiro positivo ou negativo que daí resulte.

O Status quo, ainda sobre a questão do Joaquim Santos, nos serviços da câmara. Há aí alguma imprecisão, o status quo, "que nada se faz". Ao mesmo tempo, "eu na minha freguesia tenho um conjunto de levantamentos, que agora são importantes e a câmara não os faz." A Câmara tem o seu plano de ação, o seu plano de atividades. Quando pode auxilia os serviços das freguesias, mas quando não pode, os serviços das freguesias podem contratar serviços externos. Há tantos técnicos disponíveis, alguns em acumulação de funções no município, porque é que não há-de ter esses serviços externos? Há uma casa que está a ser usada sem licença de habitabilidade? O autarca tem todos os poderes para fazer uma participação dessa situação. O senhor, enquanto autarca, tendo conhecimento de uma ilegalidade, tem um dever que está acima da fiscalização, que é o de autarca e do contributo para a causa.

Questões de passadeiras, estão em curso um processo de adjudicação de serviços para reforço de iluminação sobre passadeiras.

3-Período aberto ao Público.

Não havendo intervenções, o presidente da assembleia deu por encerrada a assembleia, desejando a continuação de uma boa semana. Foi lavrada a presente ata.

O Presidente:	Carlos Carrhe	
O 1º Secretário: _	Helian St	***********
O 2º Secretário:	allos Mayer Parkins da Silva	

Caro as I Charles



Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Senhoras e senhores Membros desta Assembleia Municipal

Publico presente

Comunicação Social presente

A catástrofe que assolou a região de Pedrógão, de Gois, Pampilhosa da Serra e concelhos vizinhos, ceifando 64 vidas humanas e ferindo mais de duas centenas, mereceu e merece de todos nós uma atenção especial.

Mais uma vez a época de incêndios se iniciou antes da data marcada. O fogo não faz contratos!

E, daí, repete-se, todos os anos, o mesmo cenário.

Este ano, e infelizmente, com um estertor de mágoa e dor mais intenso pelo número de mortos e feridos resultantes desta tragédia que marcou um tempo terrível de angústia e sofrimento iniciado no dia 17 de junho.

Um ferido já era demais!

Mas tantos mortos, tão extensa lista de feridos e de vidas completamente destruídas, para além da perda do património individual e coletivo, deixam, mais uma vez um rol de perguntas no ar a que urge, **NO DEVIDO TEMPO**, responder .

Pelos que partiram mas também pelos que <u>ficam</u>, <u>sentindo a sua falta</u>, <u>são exigidas</u> RESPOSTAS.

Chegará a hora de começar, friamente e, sem qualquer resquício de facciosismo, a procurar respostas para todo o conjunto de processos e intenções cujo resultado se mostrou desastroso nesta catástrofe.

Quanto sangue, suor e lágrimas, quantas vidas são necessárias para que todos tenhamos a coragem de assumir uma nova postura e encarar a organização do território como um desígnio nacional?

Mas hoje nesta Assembleia queremos honrar aqueles que injustamente nos deixaram.

Assim, o PSD- PRTIDO SOCIAL DEMOCRATA DE TONDELA, vem apresentar perante esta Assembleia Municipal de Tondela o seu VOTO DE PESAR pelas vitimas do incêndio iniciado a 17 de junho, associando-se deste modo ás famílias enlutadas, bem como a todos aqueles que

sofrem alvo da catástrofe que assolou o nosso país.

ardidas, pelos bens perdidos, pelos laços quebrados, da saudade pela beleza perdida em detrimento do quadro dantesco que resultou deste incêndio.

Neste momento de dor e luto, recordamos os olhares que espraiam pelas imensas áreas

Quantos sonhos se desvaneceram no fogo, quantos carinhos perdidos, quantas cumplicidades que se extinguiram, quantos gritos de aflição e dor foram encobertos pelo aterrador e terrível manto do fogo?

Uma vida já era de mais! Mas tantas vidas desperdiçadas? E Feridos? E dor?

E os laços familiares, fraternais, humanos e sociais que se quebraram?

É HORA DE LUTO! É HORA DE LUTO!

Neste hora de desalento, de dúvida, das questões sem resposta, queremos demonstrar o incondicional apoio a quem lutou, sofreu, ganhou e perdeu batalhas nesta guerra que vem sendo recorrente todos os anos.

Com que sacrifício meu Deus!!!! Com que sacrifício!!!

É hora de unirmos esforços para, das cinzas, renascer um entendimento sério e nacional para análise do que não correu bem e das consequências que daí marcaram o presente e advirão para futuro.

Uma palavra apenas, do mais fundo do coração, para todos aqueles a quem nós designamos por bombeiros e demais combatentes destes cenários. OBRIGADO!

Pelas vidas interrompidas, pelos sonhos nunca alcançados, o PSD propõe a efetivação de um minuto de silêncio nos trabalhos desta a Stella .

Muito obrigado.

Sérgio Rodrigues _ PSD TONDELA

ans dus

Claudos Carlos

Boa tarde a todos,

Senhor presidente da Assembleia Municipal,

Mesa,

Senhor presidente da Câmara,

Senhores vereadores,

Caros deputados,

Diariamente abordamos diferentes pontos de vista relativos aquilo que achamos melhor para o nosso território. Deparamo-nos com diversos agentes políticos, nomeadamente aqueles que têm responsabilidades nacionais, a quererem criar ilusões e falsas expectativas às populações do Distrito de Viseu.

Para ser mais claro, falo num problema que nos afeta diariamente, uma questão política, transversal a todos nós. Enquanto uns tentam criar e desenvolver condições, outros vão tentando dificultar a tarefa. Ou seja falo-vos do acesso rodoviário entre Viseu-Coimbra.

Recuemos até 2005, quando o Eng. José Sócrates assume o Governo, se bem se lembram, cancelam grande parte dos Concurso Públicos, uns a serem lançados, outros já em curso.

Em 2011 o governo de coligação PSD/CDS, volta a repor alguns desses concursos públicos, mais propriamente, cria mais um novo modelo para a ligação rodoviária Viseu-Coimbra. Em Junho de 2015 o governo inicia um estudo prévio do modelo que tinha um prazo de entrega em Março de 2016, onde existia um conjunto de empresas privadas

interessadas em construir uma alternativa portajada ao IP3. E o actual Governo o que fez?

Deixou cair o projeto, porque para a Geringonça não existe a palavra investimento.

O seu complexo ideológico só entende investimento se for público e se houver dinheiro dos contribuintes, a iniciativa privada não é tida em conta.

PSD defende modelo investimento um com exclusivamente privado, com custo zero para contribuintes, repito com custo Zero, a geringonça defende um modelo eleitoralista, ou seja, promete só a longo prazo..." vamos enganar a malta para já e depois se vê, aliás as dividas não são para pagar, são para ir gerindo". Explique-me caro deputado Joaquim Santos, candidato autárquico e líder politico, porque é que em Maio deste mesmo ano, o atual governo lança mais um novo concurso, com elaboração de um novo estudo prévio e de um novo caderno de encargos, relativo a esta obra? Diga-me porque que é que o investimento Público do seu executivo é o menor dos últimos 10 anos, ou quer que eu lhe diga o número de obras rodoviárias que foram canceladas no Distrito?

Se não há dinheiro nas estradas de Portugal e no Governo, explique-me melhor todas estas falsas intenções do Governo??

Para nós a intenção é clara.

Enganar as pessoas porque certamente nos aproximamos de um ato eleitoral, e todas as candidaturas socialistas devem Cleut Jos ados ter um conjunto de promessas irrealistas dos seus compadres do Governo.

Outra das questões que nos baralha, prende-se com a saúde, em particular com o prometido Serviço de Radioterapia pertencente ao centro Hospitalar Tondela-Viseu, a ser localizado em Viseu.

Ora bem, mais uma tentativa de iludir as pessoas, de criar uma expectativa nas gentes do nosso distrito, ou seja, só vemos isto como uma instrumentalização do Governo para campanha política partidária.

O senhor secretario de estado da saúde, Manuel Delgado, afirma há um ano e 6 meses a esta parte, que está a "pensar seriamente em criar a valência de radioterapia na Beira Interior", depois vem a Viseu anunciar uma decisão que já tinha sido tomada pelo anterior governo e pela anterior administração do Centro Hospitalar em fixar esta unidade em Viseu.

Questionamos nós, como é possível indicar um prazo de execução de obra (inicio de 2019) sabendo que não existe nada em concreto quanto à dimensão do projeto e ao seu financiamento??

Mas já temos resposta...ele apenas veio a Viseu para tirar a tão desejada Foto de Família.

Mais ainda, ficamos sem perceber do que se trata, quando nos deparamos com um placard da responsabilidade do Governo e da nova administração do Centro Hospitalar a anunciar um centro oncológico.

Como devem entender, tudo isto é muito difícil de entender e espero que me tenha feito entender. Clouds Dados Obviamente todos estes malabarismos levantam duvidas nas pessoas de Tondela, mas queremos acreditar que o rigor e transparência do Partido Socialista de Tondela, seja diferente do outro. Jans ados

Guilherme Vasconcelos Duarte

a,2003 Cados



VOTO DE PESAR

Portugal viveu mais uma terrível tragédia nestas últimas semanas de junho, com enormes incêndios mortíferos e devastadores a lavrarem impiedosamente pelas nossas florestas e matas, com particular incidência nos concelhos de Pedrógão Grande, Góis, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera. Foram 64 vitimas mortais desta tragédia e várias centenas de feridos.

Trouxe-nos à memória o trágico agosto de 2013 no nosso concelho, com devastação de muita da nossa floresta na serra do Caramulo e mortes de valorosos bombeiros. Foi uma enorme tragédia para as populações que viram o fogo levar-lhes parte das suas vidas e do seu trabalho de tantos anos.

Associamos a este voto a profunda tristeza pela morte de um bombeiro que morreu a lutar pela defesa de vidas e bens de outros concidadãos, fazendo elevar bem alto o lema: Vida por Vida. Deu a sua para salvar a dos outros.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS/PP propõe a esta assembleia um voto de pesar e de profunda tristeza pela perda de vidas e de bens das populações afetadas, em particular nos concelhos de Pedrógão Grande, Góis, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera. 2 Pompilhos da Sens,

Este voto, depois de aprovado, deverá ser enviado às Câmaras e Assembleias Municipais de Pedrógão Grande, Góis, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera, ao Gabinete do Primeiro Ministro e ao Senhor Presidente da República.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP

anyoy

July Salas



PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Os acontecimentos trágicos de há duas semanas em vários concelhos da região centro, mostraram as fragilidades dos vários sistemas de proteção civil, independentemente dos níveis e dos responsáveis. Mostraram que por mais meios aéreos que estejam disponíveis, a acção e a intervenção dos Bombeiros portugueses são fundamentais na protecção e auxílio às vítimas das catástrofes e tragédias que envolvem as nossas populações.

A FICTON é um acontecimento muito importante no concelho, que pela sua natureza e dimensão, traz muitos milhares de pessoas a Tondela e às suas festas. O município tem optado por não cobrar ingressos no espaço da FICTON, independentemente do número de visitantes.

Neste enquadramento, o Grupo Parlamentar do CDS/PP vem recomendar à Câmara Municipal que implemente a cobrança de um valor simbólico de 1€ (UM euro) pela entrada na FICTON dos seus visitantes, devendo os valores arrecadados serem entregues às nossas duas corporações de Bombeiros Voluntários do Concelho. Estas verbas serão uma importante ajuda para as corporações dos bombeiros e será também uma forma das nossas gentes demonstrarem o seu apreço e solidariedade pelo trabalho dos Soldados da Paz.





Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Exmas. e Exmos. Membros da Mesa

Exmos Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia

Exmas e Exmos Membros desta Assembleia
Exmos Senhores membros da comunicação social

Há quatro anos quando o PSD assumiu por maioria os desígnios do Município de Tondela, propôs sobretudo aos tondelenses trabalho, no sentido da construção de uma sociedade mais solidária e que permitisse simultaneamente a afirmação do concelho e das suas gentes no panorama regional e até nacional.

Ao ouvirmos a explanação do senhor Presidente da Câmara ficamos com a exacta noção de que há liderança no concelho e sobretudo compromisso com os tondelenses, no sentido da consolidação desta região de bem-estar.

Múltiplas e diversas actividades foram desenvolvidas directamente pela autarquia ou em colaboração com o forte movimento associativo do concelho. Quero aqui destacar, os protocolos com



Clark Cados

o Movimento Associativo, aqui assinados no dia 2 do corrente mês, que traduzem o reconhecimento dessa força e que em muitas das nossas localidades se afirma como o seu único polo de desenvolvimento. O movimento associativo é o campo por excelência do exercício de cidadania, do voluntariado, da discussão profícua e sobretudo da intervenção social, daquela que não se fica apenas pelo "mofo" das teses lançadas ao vento. Uma intervenção cívica responsável e produtiva exige sentido de responsabilidade, trabalho, isto é, um continuo " arregaçar das mangas" para que se produza.

Neste sentido deixo aqui a antecipação de um grande evento que será realizado no âmbito do Tom de Festa, no dia 13 de Julho, e que é resultado da comunhão de esforços de três associações desta cidade, a saber, Acert, Casa do Povo de Tondela e Sociedade Filamónica Tondelense e que levará à presença simultânea em palco de cerca de 150 pessoas.

Ainda no âmbito das actividades promovidas pelo Município de Tondela destaco aqui as Marchas de Santo António, pela envolvência do citado movimento associativo, as Comemorações do dia Mundial da Criança, pela valorização das nossas gentes e o Tondela Gastronómica, pela vertente da valorização dos nossos produtos endógenos.

O PSD e o seu executivo sabem qual o caminho a trilhar, o sentido a seguir. Não nos perdemos em "discussões facebookianas" de 2



Oleu Sados

sistemática tentativa de apropriação da razão ou da liberdade. Não nos perdemos na apresentação de candidatos exibindo-os como troféus de caça. Não! O nosso rumo e a nossa preocupação é o concelho de Tondela. Queremos ainda construir mais e melhor!

Contem com o PSD para tal!

Ja Ja Jam Jun



an x06

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores,

Comunicação Social,

Vou intervir neste período da Ordem do Dia relativo às atividades da Câmara, e faço-o porque diariamente assisto a uma tentativa dissimulada de criar contrainformação com o propósito de afirmar uma tese de que a social-democracia em Tondela está a abaterse, e que as iniciativas do executivo maioritário não têm fundamento.

Podia dar inúmeros exemplos de tantas tentativas grotescas de como se mistura opinião, jornalismo, liberdade de imprensa e um conjunto de conceitos cruciais para a vida em democracia, e que utilizados desta forma leviana e com o propósito de criar casos e casinhos, representam a única arma de arremesso político perante um vazio de ideias e projetos.

Centrando-me no propósito deste ponto, as atividades da câmara, e acreditando na credibilidade das fontes, sinto uma disparidade enorme entre as notas de imprensa relativas aos eventos que vão sendo promovidos pelo Município.

E são muitos eventos, vão da Cultura ao Desporto, da Museologia ao Canil Municipal, da Educação ao Turismo, aliás muitos deles já enumerados nesta sala e basta reportar-me ao mês de Junho:



Claudos Cados

Marchas de Santo António, Minis em Ação, Abertura das Piscinas Municipais, Dia da Criança, Sessão sobre a Vespa (Peludina, Exposições.

No entanto há sempre ruído!

Dizem que é só festas e festinhas, mas esquecem-se que são as festas das pessoas!

E o que tem acontecido e que deve ser devidamente noticiado é que há adesão das pessoas, há dinâmica e há mobilização.

O desafio que faço a todos os fazedores de noticia é que verifiquem escrupulosamente os dados fornecidos, porque é preferível a certeza da visão do que confiar em fontes, pois todas as iniciativas que enumerei tiveram uma enorme adesão do público, e tenta-se vender a ideia de que foi o inverso!

Que falta de rigor ou então que enorme distração!

Mas eu acredito que tenha sido distração!

Aliás, por isso mesmo encaro alguns escritos como artigos de opinião e não como notícia, porque senhores deputados, e agora particularizando, não sou de todo fã da Teresa Guilherme, respeito quem aprecia e quem não gosta, mas dizer que ela não trouxe vivacidade e pessoas ao evento, é negar a realidade.

O objetivo é claro, casos e casinhos!

Ou então é mais uma vez um preconceito de elites, que "abominam" tudo o que são eventos autênticos, acham que todas as iniciativas devem representar uma intelectualidade caviar e que o povo não tem opinião nestas matérias.



Cados

E já vislumbro as próximas manchetes da FICTON agora que já se conhecem alguns dos artistas. Vão diabolizar dizendo que é ano de eleições, pois não conseguem aceitar que há uma dinâmica de crescimento desta iniciativa, não querem perceber que cada vez há mais expositores a querer participar nestas festividades.

E a respeito do Plano de Atividades da Câmara Municipal gostava de ouvir a opinião da oposição.

Digam claramente com o acabavam! Proponham novos eventos!

Deem um contributo sério, não venham é com propostazinhas demagogas que apenas servem para descartar responsabilidades de uma oposição cuja credibilidade salta à vista de todos.

Aliás gostava de ouvir os projetos de todos os partidos com assento nesta Assembleia, porque o ruidozinho de rádios a pilhas não representa nem diferencia alternativas, apenas escamoteia a fragilidade das ideias construídas sem alicerces.

E acusam a governança da maioria de perseguição, dizem por aí que colocamos em causa a liberdade de escolha e de opinião, aliás apregoam que amordaçamos pessoas no nosso concelho.

Senhores deputados, o problema é que as minorias não sabem respeitar a força das maiorias.

Que concelho é mais plural do que Tondela?

Temos jornais, boletins de campanha, opinion makers, esplanadas à esquerda, à direita, ao centro, mais verdes, mais azuis, muito laranjas, PAC's, PEC's, pessoas de forte convicção ideológica e inclusive malta com ideias politicas muito fugazes.



Cados

Somos mesmo um concelho de primeira, somos uma comunidade muito heterogénea e na sua maioria muito esclarecida quanto ao futuro.

Alguns dizem que gostamos muito da democracia, mas nós além de gostarmos praticamo-la diariamente.

Em cada problema que resolvemos a uma pessoa, em cada projeto diferenciador que implementamos em Tondela, a cada investimento que captamos para o Concelho damos sentido à palavra democracia.

Queria também aproveitar esta oportunidade para parabenizar o executivo que ao longo dos últimos 4 anos teve a capacidade de criar emprego e gerar riqueza, e os exemplos mais recentes desta estratégia vencedora é a instalação da Eberspaechar e a inauguração na próxima semana da nova unidade da Labesfal — Fresenius Kabi.

Ainda do ponto de vista empresarial, outros pequenos investimentos que muitas vezes escapam propositadamente aos mais distraídos, que passam por novos comércios e por ampliações e novas instalações de PME nas zonas industriais.

E sim, estas apostas diferenciam, estas apostas fixam pessoas, estas apostas combatem diariamente o flagelo que assola os territórios de baixa densidade.

Lanço aqui também o desafio ao atual executivo que aposte ainda mais na captação de massa critica. Temos que criar condições para que o mundo empresarial e o conhecimento científico una esforços com o propósito de tornar o nosso concelho numa referência nacional em investigação aplicada à industria.



Claudos ados

A juventude das ideias refresca o nosso concelho e garante a sustentabilidade futura do nosso território.

O projeto social-democrata para o Concelho de Tondela não é personificado, nem vive de trofeus.

O projeto social democrata é ideias, é propostas, é pessoas, é toda uma comunidade em permanente desenvolvimento.

Não queremos que os nossos concidadãos se resignem a equipas menores só porque alguns querem ser titulares, nós queremos um concelho coeso, desenvolvido, com grandes equipas, onde até o público é convocado.

Defendemos um território com opiniões divergentes, com massa crítica, não com interesses particulares mesquinhos cujas convicções gozam de uma volatilidade caraterística de carater duvidoso.

E neste Processo Eleitoral em Curso defendemos convictamente as iniciativas genuínas do povo, bem como os investimentos aglutinadores e geradores de desenvolvimento, e contamos com todos, sem penachos, sem palcos e sem rostos, porque o propósito é desprendidamente comum, o melhor para o Concelho de Tondela.

E sim, Tondela merece o melhor de uma maioria expressiva que tem conduzido exemplarmente os destinos desta terra nas ultimas decadas!

Vera Machado

Grupo Parlamentar do PSD